

Proc. Administrativo (Nota interna 13/04/2026 14:00) 5.918/2026

De: Andricelia E. - SEMAFI-LICIT-PE

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/04/2026 às 14:00:20

Setores envolvidos:

SEMAFI-LICIT, SEMAFI-LICIT-PE, SEMAFI-LICIT-AGT, SEMAFI-LICIT-AGT-APO, SEMUR, SEMUR-REC, SEMUR-ADM, SEJUR, SEJUR-PRO, SEJUR-JUR-EJ

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E PÚBLICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS

[Milcilene Nascimento Dos Santos - SEMAFI-LICIT-AGT](#) [Fabrícia Maria Lima Palácio - SEMAFI-LICIT-PE](#)

Prezadas,

Segue Edital e seus anexos com data de abertura do certame retificada.

Atenciosamente,

—

Andricelia Fonseca Everton

Auxiliar Administrativo

Anexos:

1_EDITAL_PREG_N_9_2026_00016.pdf

2_TERMO_DE_REFERENCIA_REVISADO.pdf

3_MINUTA_DE_CONTRATO_PREG_N_9_2026_00016.pdf

Mapa_Urbano_PGM_2025_RV00_1_.pdf

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.918/2026

Torna-se público, que o MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA, através da Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de Direito Público Interno, portadora do CNPJ (MF) nº 05.193.057/0001-78, com sede na Rua do Contorno, nº 1212, Centro, CEP.: 68.625-245, neste ato representado pelo Sr. **SIDNEY ROSA** - Prefeito de Paragominas no exercício de seu mandato, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado na rua J. Pereira, nº 68, Promissão I, Paragominas/Pará, CEP: 68.628-130, por meio da Pregoeira **MILCILENE NASCIMENTO DOS SANTOS**, designada na forma da Lei, através da portaria nº 050/2025-GPP de 01 de agosto de 2025, publicada em 04 de Agosto de 2025, realizará licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 04 DE MAIO 2026

Horário da sessão pública: 9h

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Modo de disputa: ABERTO

Link: portaldecompraspublicas.com.br/

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E PÚBLICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA**”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Este processo será Pregão Eletrônico, e observará os preceitos públicos e, em especial, as disposições no inciso XIII do art. 6º, art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que o Pregão Eletrônico seguirá o rito procedimental conforme o art. 17 da referida Lei, e estudo técnico preliminar, anexo ao processo administrativo.

1.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

1.3.1 A contratação ocorrerá na MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO GLOBAL, conforme previsto nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a natureza distinta dos bens a serem fornecidos, o que favorece a ampliação da competitividade e permite a contratação mais vantajosa para a Administração.

1.3.2 A opção pelo menor preço por valor global justifica-se quando a execução do objeto demanda tratamento integrado, com interdependência entre os itens, etapas ou parcelas que compõem a solução pretendida, de modo que o julgamento global contribui para preservar a unidade do objeto, facilitar o gerenciamento contratual e evitar riscos de descompasso entre fornecedores distintos. Nessa hipótese, desde que a modelagem conste motivadamente dos autos e as exigências técnicas estejam claramente definidas, o julgamento global atende ao interesse público e à busca da contratação mais vantajosa.

1.3.3 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais, e devem estar inclusos todos os encargos incidentes sobre o fornecimento, tais como tributos, frete, seguro, embalagem, montagem (quando aplicável) e garantia.

1.3.4 Em caso de empate, será observado o disposto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, com aplicação das regras legais de desempate.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes da execução do objeto demandado, objeto da contratação, onerarão a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação:

2.1.1 Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Urbanismo;

2.1.2 Unidade Orçamentária: 1401 Secretaria de Urbanismo;

2.1.3 Projeto / Atividade: 15 452 1502 2.157 Operacionalização dos serviços de Recolhimento de Resíduos Sólidos;

2.1.4 Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica;

2.1.5 Subelemento: 3.3.90.39.78 Limpeza e conservação.

2.1.6 Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de impostos/CFEM.

2.2. A estimativa do valor da contratação está detalhada em documento anexo, o qual contém, os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e documentos que lhe dão

suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR
520110	Coleta e transporte de resíduos sólidos (domiciliares e públicos) Especificação: Constan no Termo de Referência.	19832,6250	Ton.	R\$ 6.603.519,48

2.3 O valor total estimado para esta contratação é de R\$ R\$ **6.603.519,48** (Seis Milhões, seiscentos e tres Mil, squinhentos e dezenove reais e quarenta e oito Centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com seus dados cadastrais regular junto ao provedor do sistema.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si

3.5.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA QUARTA - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação precederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, em conformidade com § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/21. Obs:

A presente contratação, na qual a qualificação do contratado deverá ser determinante para a boa execução do objeto, a estratégia de seleção em que a habilitação antecede a seleção das propostas será mais eficiente, e certamente calibrará e qualificará melhor a disputa entre os licitantes, proporcionando um resultado ótimo para Administração.

4.2 A inversão de fases terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração.

4.3. A administração espera poder avaliar o acervo técnico dentro das exigências do projeto básico, planilha orçamentaria e memorial descritivo e assim quantificar as empresas que puderam ofertar os lances no certame. A inversão de fases trará benefícios para o erário, uma vez que a gestão municipal poderá avaliar com mais critérios a habilitação das empresas, com observância na sua capacitação técnica, com o objetivo de que a sessão de lances seja apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato. Não obstante, a complexidade da proposta e sua elaboração de forma coerente e exequível é fundamental para a qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, nos termos utilizados a faculdade do art. 17, §1º da Lei 14.133/21;

4.4. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a habilitação e proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos na plataforma.

4.5. Os Licitantes encaminharão na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta de preço acompanhada de suas planilhas orçamentárias e demais planilhas que compõe a proposta orçamentária conforme planilhas disponibilizadas pela administração.

4.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.6.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.6.2 não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

4.6.3. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

4.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor ou desconto, conforme critério definido neste edital;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, **serão de exclusiva responsabilidade do licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Será exigida, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, no percentual de 1% do valor estimado da proposta, conforme estabelecido no Art. 58, § 1º da Lei 14.133/2021.

5.6. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

5.7 Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

5.8 A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 desta Lei.

5.9 Caso o Sistema não permita o envio da garantia na fase de cadastramento das propostas, as empresas deverão prestar a garantia e, logo após a fase de lances, será solicitado ao vencedor o envio do seguro ou comprovante de garantia no prazo de 15 (quinze) minutos, devendo a data do comprovante de pagamento do seguro garantia ser anterior a abertura do certame.

5.10 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.11 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.12 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.13 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.14 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.15 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA FASE DE HABILITAÇÃO:

6.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

6.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

6.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

6.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do inciso I do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.10 A habilitação será verificada por meio do Registro Cadastral, nos documentos por ele abrangidos.

6.11 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Registro Cadastral e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.13 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.14 **A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

6.15 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Registro Cadastral serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

6.16 A verificação no Registro Cadastral ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.17 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021), para:

6.18.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.18.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.19 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 7.15.

6.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.22 Após o término do período destinado ao envio de documentação (habilitação ou proposta) especificado nos itens 7.15, a inclusão de novos documentos pode ser permitida apenas por meio de diligência, nos seguintes casos:

I) Para atualizar documentos cuja validade expirou após a data de recebimento das propostas;

II) Para submeter documentos declaratórios emitidos exclusivamente pelo licitante;

III) Para verificar as condições de habilitação ou de classificação do licitante, levando em conta fatos ou condições que já existiam antes da abertura da licitação.

6.23 A decisão de realizar diligências é tomada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro, com base em fundamentos claros e após consulta aos setores administrativos relacionados ao objeto da licitação. Esta decisão não estabelece um direito subjetivo ao licitante para a inclusão de documentos após o prazo definido nos itens 7.15.

6.24 A submissão de documentos complementares, substitutivos ou esclarecedores, através de diligência, deve ser efetuada conforme descrito no item 7.15. Expirado o prazo sem o

envio da nova documentação, a oportunidade de anexar novos documentos é encerrada de forma definitiva, resultando na inabilitação ou desclassificação do participante do processo licitatório.

Os documentos previstos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme segue:

6.25 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.25.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - Eireli: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.25.2 Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.25.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.25.4 Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.25.5 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

6.25.6 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: portaldecompraspublicas.com.br/

6.25.7 Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados de todos seus termos aditivos e/ou modificativos do seu texto, ser existir os atos;

6.25.8 O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.

6.25.9 Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa Licitante devidamente autenticados em cartório ou por servidor público mediante a apresentação do original;

6.26 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA:

6.26.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

6.26.1.1 Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto;

6.26.1.2 As empresas que não possuem inscrição ou registro no CREA no Estado do Pará deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA do seu estado e, no caso de se sagrar vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, visto do CREA - PA para execução dos serviços;

6.26.1.3 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove estar exercendo ou ter exercido o serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares.

6.26.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

6.26.2.1 Comprovação de regularidade dos responsáveis técnicos da empresa e dos detentores de acervo técnico, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

6.26.2.2 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, Comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional com formação bacharel em engenharia, reconhecido pelo CREA, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo Conselho.

6.26.2.3 Para coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, a Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá constar com quantitativo mínimo anual de 9.916,326 toneladas, representando 50% do total estimado para os serviços de recolhimento de resíduos domiciliares.

6.26.2.4 A comprovação do vínculo profissional ao corpo técnico da empresa será mediante a apresentação dos documentos a seguir:

- a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional;
- b. Contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c. Quando se tratar de dirigente ou sócio de empresa licitante tal comprovação será feita através de Ato Constitutivo da mesma ou Certidão do CREA.

6.26.3 DA LICENÇA AMBIENTAL

6.26.3.1 Licença de Operação válida expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple a coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (classe II), em nome da licitante.

6.26.3.2 Certificado de inscrição junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, nos termos da Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa IBAMA nº 06/2014, com comprovante de regularidade de situação cadastral e financeira.

6.26.3.3 Conforme declarado vencedor e após solicitação da Prefeitura Municipal de Paragominas, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para apresentar os equipamentos a Secretaria Municipal de Trânsito de Paragominas - SEMUTRAN para vistoria técnica.

6.27 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

6.27.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Art. 69, caput, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021);

6.27.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

b. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

c. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos;

d. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

6.27.3 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.

6.27.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

6.27.5 É obrigatória, no momento da habilitação, a apresentação de declaração contábil assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste, com base nas demonstrações contábeis da empresa, o cumprimento dos índices econômicos exigidos no edital, conforme § 1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

6.27.6 Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contrato firmados. §3 art. 69 da Lei 14.133/21.

6.28 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

6.29.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.29.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.29.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.29.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.29.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual, Municipal e/ou Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.29.6 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual, Municipal e/ou Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.29.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual, Municipal e/ou Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a

apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.29.8 **DECLARAÇÃO** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

6.29.9 **DECLARAÇÃO** de que a firma não possui em seu quadro permanente menores, conforme VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9. O lance deverá ser ofertado por Menor Preço GLOBAL.

7.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 7.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.12. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 7.13. O licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.14. Não excluindo o item em tempo hábil, o licitante poderá enviar alerta ao pregoeiro para que o mesmo adote as providências cabíveis.
- 7.15. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.16. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.17. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.18. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.19. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.20. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro(a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.21. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.22. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.23. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 7.24. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.25. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.26. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.27. **Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.28. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.29. ***Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.***
- 7.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.30.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.30.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.30.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.30.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.31. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.31.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.31.2. Empresas brasileiras;

7.31.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.33. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.34. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.40. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.41. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.42. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.43. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA OITAVA - DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 deste Edital, **especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:**

a) Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/?ordenarPor=nome&direcao=asc>; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou, em caso de pessoa jurídica, da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.5. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.7. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

- 8.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.14. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.15. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 8.16. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.17. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

CLÁUSULA NONA - DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS:

- 9.1 O serviço de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e públicos) será prestado no território do Município de Paragominas, conforme locais definidos no mapa em anexo, onde estão especificados todos os bairros da área urbana, Distrito Inocência Oliveira e as localidades rurais Vila Km 204, Piriá, Colônia do Uraim, Condômino Rural e Km 15.
- 9.2 Os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares compreendem o recolhimento regular de todos os resíduos descritos no item 6.2.1 do Termo de Referência, devendo ser executada de forma manual (porta a porta).
- 9.3 Os serviços de coleta de resíduos sólidos públicos compreendem o recolhimento de disposições irregulares de resíduos, coleta de resíduos de unidades administrativas do município e os demais serviços descritos no item 6.2.2 do Termo de Referência, devendo ser executada de forma manual (porta a porta) ou mecanizada (com uso de contêineres), conforme solicitação da CONTRATANTE.
- 9.4 A metodologia de coleta manual é aquela onde os resíduos são depositados em via

pública, em qualquer tipo de recipiente, pelos munícipes e carregados no veículo da coleta, manualmente, por funcionários da CONTRATADA.

9.5 A metodologia de coleta mecanizada é aquela onde os resíduos são depositados em contêineres instalados nas vias e logradouros públicos municipais, obedecendo ao disposto no Termo de Referência e carregados mecanicamente, por equipamento instalado nos veículos da CONTRATADA.

9.6 Nos casos em que não haja a possibilidade de acesso ao veículo coletor, o recolhimento deverá ser realizado sob a melhor técnica disponível apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE.

9.7 A metodologia utilizada será a mesma da coleta em áreas de acesso regular, resguardadas as peculiaridades inerentes as localidades.

9.8 **FREQUÊNCIA DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:**

9.8.1 A coleta de resíduos sólidos na área urbana deverá ser executada de acordo com as três modalidades de frequência definidas a seguir que serão adotadas conforme a região da cidade:

- Diária: Os serviços serão executados diariamente, de segunda a sábado;
- Alternada par: Os serviços serão executados nas segundas, quartas e sextas;
- Alternada ímpar: Os serviços serão executados nas terças, quintas e aos sábados.

9.8.2 A definição de quais áreas receberão coleta na modalidade “alternada par” ou “alternada ímpar” serão definidas pela contratada.

9.8.3 As coletas realizadas no Centro Urbano e Comercial de Paragominas deverão ser obrigatoriamente realizadas com frequência diária, no período noturno de segunda a sábado, e aos domingos no período diurno a partir das 7 horas.

9.8.4 Deverá ter uma rota especial exclusiva para os domingos e feriados que compreenderá o Centro Comercial de Paragominas (Módulo I), Área do Mercado Municipal, Praça Célio Miranda, Praça Cleodoval Jose Moura Gonçalves, Lago Verde, Parque Ambiental, Av. Presidente Vargas, Av. Tamandaré, bem como as Avenidas Clementino Gualberto, Av. Prof. Manoel Pereira da Silva e Av. Mariza Rocha Coelho Fernandes localizadas no Bairro Tropical,

9.8.5 As áreas em que a coleta deverá obrigatoriamente ser diária estão descritas na tabela abaixo:

Bairro ou Rua	Delimitação
----------------------	--------------------

Centro Urbano e Comercial (incluso os domingos)	Modulo I - 100% da área; Jardim Nossa Sr ^a da Conceição - (Entre a Avenida Terezinha e Rua São Luiz / Entre a Rua São José e Rua P. Socorro)
Loteamento Uraim I	100% da área
Loteamento Promissão I	100% da área
Rua Vinicius de Moraes	100% do logradouro
Rua Barão de Araruna	100% do logradouro
Av. Professor Manoel Pereira da Silva (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Clementino Gualberto (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Mariza Rocha Coelho (incluso os domingos)	100% do logradouro
Avenida Noemio Dias de Oliveira (Rua São Luiz)	Entre a Rodovia Bernardo Sayão e a Rua Manoel Pereira dos Santos (Bairro Nagibão)
Avenida Presidente Vargas (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Tamandaré (incluso os domingos)	100% do logradouro
PA 256	Do Terminal Rodoviário Therezinha Scaramussa até o início da Av. Presidente Vargas
PA 256	Entre os Km 11 e Km 12
Rua Florianópolis => Rua São Francisco	Entre a Rua Recife e a Av. Magalhães Almeida (Loteamentos Jardim Bela Vista e Jardim Atlântico)

Av. Airton Senna

Entre a Av. Rainha da Paz e a Rodovia dos
Pioneiros (Bairro Jaderlândia)

9.8.6 Haverá 3 (três) turnos de coleta urbana, conforme a região da cidade. Abaixo, estão definidos os horários de trabalho para cada turno:

- Diurno matutino: Das 07 horas às 11 horas;
- Diurno vespertino: Das 13 horas às 17 horas;
- Noturno: Das 18 horas às 23 horas.

9.8.7 O horário de início da coleta é considerado como o horário em que as equipes de coleta iniciam a execução do recolhimento dos resíduos nos seus respectivos setores de coleta.

9.8.8 A coleta de resíduos públicos, descrito no item 6.2.2 do Termo de Referência, deverá ser feita de acordo com programações de serviços determinadas pela SEMUR.

9.8.9 O serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares não poderá haver interrupção por mais de 48 (quarenta e oito) horas, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando isto ocorrer, com exceção aos períodos de feriados (nacionais, estaduais e municipais).

9.8.10 Os locais da rota especial descrita no item 9.8.4 deverão ocorrer todos os dias, sem exceção.

9.8.11 O plano e os horários estabelecidos, aprovados pelo CONTRATANTE, deverão ser rigorosamente cumpridos.

9.8.12 Fica expressamente vedada qualquer alteração do Plano de Coleta pela CONTRATADA sem a expressa aceitação do CONTRATANTE.

9.8.13 A não observância do disposto no caput desta cláusula incorrerá o infrator às penalidades legais e contratuais cabíveis.

9.9 DOS EQUIPAMENTOS:

9.9.1 Segue abaixo a relação de equipamentos

Veículo/equipamento	Efetivo	Reserva técnica
---------------------	---------	-----------------

Caminhão equipado com coletor compactador com capacidade mínima para 12m ³ de resíduos compactados e dispositivo para basculamento de contêiner	8	1
Caminhão basculante 6x4 com capacidade mínima para 12m ³	1	-
Contêiner de PEAD, com tampa, com capacidade de 1.000L (um mil litros)	10	-

9.10 DO TOTAL DE ROTAS E EQUIPES:

9.10.1 Segue abaixo relação de rotas e equipes:

Veículo/equipamento	Turno diurno	Turno noturno
Coletor compactador Setores urbanos	8	2
Caminhão basculante Setor rural	1	0

9.10.2 As equipes diurnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 2 (dois) coletores para cada veículo, e as equipes noturnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 3 (três) coletores para cada veículo, com um encarregado para cada turno de trabalho.

9.10.3 Os quantitativos apresentados são uma sugestão de equipe mínima necessária de equipamentos e mão de obra necessária para melhor atender os serviços, conforme Estudo Técnico Preliminar.

9.11 RECURSOS HUMANOS

9.11.1 Para a execução integral dos serviços de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e

públicos), a Contratada deverá dispor de todo o pessoal necessário ao bom andamento das atividades relacionadas aos serviços. Para tanto deverá estar previsto, no mínimo, os recursos humanos constantes a seguir:

Cargo/Função	Rota Urbana Diurno	Rota Urbana noturno	Rota Rural	Total
Coletor	16	6	2	24
Motorista	8	2	1	11
Supervisor	1	1	*	2
Total de colaboradores envolvidos diretamente no serviço				37

* O supervisor diurno da zona urbana será o responsável pela supervisão nos pontos de coleta na zona rural.

9.11.2 Os efetivos definidos no item 9.11 representam o quantitativo mínimo sugerido, por cargo/função, que a Contratada deverá dispor diariamente para operacionalização dos serviços. Não está expresso nesta tabela o efetivo reserva necessário à substituição de funcionários que se ausentarem ao serviço por qualquer motivo, sejam por férias, afastamentos legais, ou ainda por faltas injustificadas.

9.11.3 As atividades de coleta de resíduos domiciliares aos domingos poderão ser realizadas pelas equipes que prestam serviço nos turnos regulares, na forma de rodízio, conforme escala a ser definida pela Contratada.

9.11.4 Caberá à Contratada, de acordo com sua política de recursos humanos e considerando as características regionais de disponibilidade de mão-de-obra, definir o número de funcionários a serem contratados para garantir o efetivo mínimo exigido para a execução dos serviços.

9.11.5 Os supervisores serão os responsáveis por atender à Fiscalização da SEMUR para prestar informações sobre o andamento dos serviços e para o recebimento e encaminhamento de solicitações e reclamações.

9.11.6 O Responsável Técnico deverá ser o responsável por todas as atividades executadas pela Contratada, no que diz respeito aos serviços prestados para a SEMUR, devendo este recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/PA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Pará e assinar os Boletins de medição da

Contratada.

9.11.7 Todo pessoal envolvido na operação, especialmente as atividades diretas tais como: Coletores, Motoristas, Supervisores e Responsável Técnico deverão ser do quadro funcional da empresa contratada, sendo vedada a subcontratação.

9.11.8 A Contratada deverá operar como empregadora autônoma responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais resultantes da execução do Contrato. Seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a SEMUR.

9.12 UNIFORMES E EPI'S

9.12.1 A Contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, os uniformes e EPI's, atendendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e demais elementos técnicos necessários exigidos por lei.

9.12.2 As peças deverão ser repostas gratuitamente pela Contratada, sempre que se apresentarem desgastadas, destruídas ou impróprias para a sua finalidade. A Fiscalização da SEMUR poderá determinar a substituição dos uniformes e equipamentos.

9.12.3 Os custos relacionados aos uniformes e EPI'S poderão estar especificados no grupo E dos encargos sociais.

9.12.4 Os equipamentos de proteção individual deverão ter certificado de aprovação do Ministério do Trabalho/INMETRO.

9.13 REQUISITOS DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

9.13.1 Caminhão equipado com coletor compactador:

- a) Durante o transcorrer do contrato, em qualquer condição, será exigido que a idade máxima dos veículos e dos equipamentos não seja superior a 10 (dez) anos;
- b) Todos os equipamentos instalados sobre os veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos deverão ser pintados em cor padronizada;
- c) Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, todos os veículos deverão possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;
- d) Todos os veículos e equipamentos deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais,

o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.

- e) Todos os veículos deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais, seus respectivos prefixos;
- f) Não será admitida a veiculação de qualquer propaganda, ou letreiro, com identificação da Contratada no chassi ou no equipamento, sem a devida anuência e autorização por parte da SEMUR;
- g) Os veículos ou equipamentos de coleta deverão possuir suportes para carregar 03 (três) vassouras e 03 (três) pás para auxiliar no desenvolvimento dos serviços;
- h) Em todos os equipamentos e/ou veículos, utilizados na coleta, deverão ser instaladas luzes de advertência, na cor âmbar, do tipo sinalizador visual rotativo (*giroflex* ou similar);
- i) Todos os veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha à ré e, para o caso dos veículos equipados com coletores compactadores, lanternas de sinalização traseiras elevadas;
- j) Na cabine dos veículos dotados de equipamentos com compactadores de resíduos deverá ser instalada campainha, com acionamento pela traseira do equipamento, com o propósito de permitir que os Coletores da equipe de trabalho solicitem a parada imediata do veículo, sem que haja a necessidade do comando verbal;
- k) Os equipamentos compactadores deverão ter suas características em conformidade com o que dispõe a Norma Regulamentadora - NR 12 -Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos, da Portaria n.º 3.214 de 08 de junho de 1978;
- l) Todos os veículos (caminhões e automóveis) deverão portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;
- m) Todos os veículos deverão atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;
- n) Todos os veículos deverão ser providos de garrafas térmicas com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n° 24 da portaria n° 3.214 do Ministério do Trabalho;

- o) Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);
- p) Na boca de carga deverá ser instalada iluminação que possibilite a visualização noturna deste compartimento, de forma a minimizar o risco de acidentes com os Coletores;
- q) O equipamento de compactação deverá permitir que o volume dos resíduos possa ser reduzido para, no mínimo, 1/3 (um terço) do seu volume antes do recolhimento;
- r) O sistema de compactação deverá ser hidráulico, com placas e prensas acionadas pela traseira do equipamento;
- s) O compartimento de carga deverá ser estanque, de forma a evitar o vazamento de líquidos e ter compartimento ou suporte para a guarda de pás e vassouras;
- t) O equipamento de carga deve ser dotado de dispositivos que minimizem ruídos no momento da compactação de resíduos;

9.13.2 CAMINHÃO BASCULANTE

9.13.2.1 Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);

9.13.2.2 Caminhão 6x4 com potência mínima de 240 CV;

9.13.2.3 Idade máxima durante o contrato deverá ser de 10 anos.

9.13.2.4 Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, o veículo deverá possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;

9.13.2.5 O veículo deverá ser pintado ou adesivado em suas laterais com o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR;

9.13.2.6 O veículo deverá portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;

9.13.2.7 O veículo deverá atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;

9.13.2.8 O veículo deverá ser provido de garrafa térmica com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n° 24 da

portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho;

9.13.2.9 Idade máxima do equipamento durante o contrato deverá ser de 10 anos.

9.13.3 CONTÊINER DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE

9.13.3.1 Os contêineres de PEAD deverão ter capacidade volumétrica de 1.000L (um mil litros);

9.13.3.2 Os contêineres deverão ser novos (sem uso anterior), compatíveis com o equipamento de içamento adotado;

9.13.3.3 Deverão ser confeccionados em conformidade com Norma Brasileira, NBR 15.911/2010;

9.13.3.4 Os contêineres deverão ser pintados ou adesivados em suas laterais com o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.

9.13.4 SISTEMA DE MONITORAMENTO

9.13.4.1 Todos os procedimentos de coleta deverão ser gerenciados pelo SEMUR e pela Contratada, através de *softwares* ou *webpage* específicos de monitoramento de frota.

9.13.4.2 Em todos os veículos coletores (compactadores e caçambas) deverão ser instalados dispositivos que transmitam os dados de operação para que permitam a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Localização georreferenciada, em tempo real e histórica, expressa em mapa viário, da posição de cada veículo, com indicação do seu respectivo setor de coleta, quando for o caso de veículos em atividades de coleta domiciliar;
- b) Velocidades instantâneas dos veículos;
- c) Tempo de parada (quando a velocidade for 0km/h);
- d) Possibilidade de consulta de mais de um veículo simultaneamente em janelas independentes;
- e) Indicação do *status* de cada veículo (parado, em coleta, em deslocamento, em descarga, etc.).

9.13.5 ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PARA SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES.

9.13.5.1 A coleta regular de resíduos sólidos domiciliares será realizada nas áreas descritas no Item 9.1 e **mapa em anexo** do território de Paragominas, com a utilização de caminhões dotados de equipamentos coletores compactadores de resíduos com capacidade mínima de 12 m³ (doze metros cúbicos).

9.13.5.2 Em todos os domicílios localizados em áreas onde não haja a possibilidade de acesso para qualquer tipo de veículo coletor, os resíduos deverão ser recolhidos e transportados manualmente, pelos coletores da equipe de coleta, até o caminhão.

9.13.5.3 Os setores de coleta deverão ser executados obedecendo aos respectivos roteiros planejados, adequados ao sistema viário e à legislação de trânsito, de forma a conferir uma constância de horários de atendimento em cada domicílio.

9.13.5.4 A impossibilidade de cumprimento dos roteiros definidos, seja por obras nas vias públicas, alterações no trânsito, ou qualquer outra razão, deverá ser comunicada imediatamente à Fiscalização da SEMUR, de forma que esta Fiscalização possa orientar a Contratada quanto a alternativa a ser seguida.

9.13.5.5 Em qualquer circunstância deverá ser assegurada a coleta dos resíduos sólidos em todos os imóveis do setor.

9.13.5.6 Na execução dos serviços de coleta, os veículos coletores deverão deslocar-se nos setores de coleta em velocidade reduzida, realizando paradas, sempre que necessário, de modo a evitar “correrias” que possam prejudicar a qualidade do serviço e a segurança da equipe e de terceiros.

9.13.5.7 Os veículos em operação de coleta, durante o dia, deverão transitar com os faróis acessos e sinalização de alerta ligados. Durante a noite também deverá ser ligado o sinalizador visual rotativo.

9.13.5.8 Sempre que possível, o motorista do veículo coletor deverá permitir o livre trânsito dos demais veículos nas vias públicas.

9.13.5.9 O roteiro deverá ser executado pelo veículo coletor dentro do horário estabelecido para o turno, completando quantas cargas forem necessárias para a coleta de todo o resíduo disposto no setor.

9.13.5.10 Nas vias de grande fluxo de veículos, ou com canteiros centrais, a coleta deverá ser efetuada com a passagem do veículo coletor em cada lado da via, de forma a evitar a travessia

pelos Coletores a todo o momento.

9.13.5.11 Deverão ser recolhidos todos os resíduos sólidos que estejam dispostos para a coleta, dentro da região de abrangência definida no **item 9.1.1** deste Edital, e atendendo as seguintes condições:

- Dispostos no passeio público fronteiro ao imóvel gerador;
- Dispostos na área de recuo para ajardinamento dos imóveis, desde que o acesso até os resíduos esteja seguro e desobstruído;
- Dispostos em cestos ou contêineres abertos e ventilados, localizados em qualquer um dos locais citados anteriormente;
- Acondicionados em sacos plásticos;
- Acondicionados em recipientes com capacidade máxima de 100L (cem litros);
- Resíduos soltos que tenham sido depositados no passeio público pela ação de catadores ou de animais sobre o material disposto para a coleta;
- Disposições irregulares de resíduos sólidos nas vias públicas;
- Os resíduos que eventualmente venham a cair dos sacos plásticos ou recipientes, durante a execução do serviço, deverão ser recolhidos imediatamente.
- Caberá a CONTRATADA a limpeza do local de coleta e circunvizinhança, de modo a retirar todos os resíduos, objeto deste Edital, dispostos fora da lixeira.

9.13.5.12 Nos casos em que os usuários do serviço dispõem seus resíduos para coleta domiciliar em recipientes próprios, deverá a Contratada tomar todo o cuidado necessário a não danificar estes recipientes, colocando-os no local de origem após o seu esvaziamento no caminhão coletor.

9.13.5.13 Após a lotação da capacidade de carga do veículo coletor, será procedido o seu deslocamento para o local de descarga. Não será permitido que os coletores permaneçam nos setores de coleta durante os deslocamentos do veículo coletor para a operação de descarga.

9.13.5.14 Se, por qualquer motivo, a coleta do setor tiver sido interrompida, as equipes deverão reiniciá-la no exato ponto onde houve a interrupção.

9.13.5.15 Os resíduos deverão ser recolhidos diretamente do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo. É vedado o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em único ponto, para posterior carregamento.

9.13.5.16 Nos deslocamentos dos veículos coletores fora das suas respectivas zonas de coleta,

os coletores deverão permanecer nas cabines, sendo vedado o transporte de funcionários nos estribos das carrocerias.

9.13.5.17 Não será permitido que o número de passageiros transportados nas cabines dos caminhões seja superior à capacidade legal dos mesmos.

9.13.5.18 Se a Contratada optar por utilizar, nos serviços de coleta domiciliar, veículos com capacidade de transporte de passageiros inferior ao tamanho da equipe definida neste Edital, deverá dispor de outros meios de transporte para o deslocamento de seus coletores nos trajetos fora dos setores de coleta.

9.13.5.19 Em qualquer atividade de recolhimento de resíduos deverão ser tomados todos os cuidados, tanto no carregamento, como no transporte, de forma evitar que caiam ou fiquem detritos nas vias públicas.

9.13.5.20 Os locais de disposição da produção dos serviços de limpeza urbana e de focos de lixo deverão ser limpos pelas equipes após a realização da coleta. Para esta atividade todas as equipes de coleta deverão portar pás e vassouras, por conta da Contratada.

9.13.5.21 O recolhimento de animais mortos de pequeno e médio porte nos logradouros públicos deverá ser executado prioritariamente à coleta dos demais resíduos públicos, por solicitação da SEMUR, em qualquer horário em que houver equipes de coleta de resíduos públicos em serviço.

9.13.5.22 A Contratada deverá dispor de 10 (dez) contêineres de PEAD de 1000 L (mil litros) para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, conforme solicitação da SEMUR.

9.13.5.23 Enquanto não estiverem disponibilizados para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, os contêineres deverão ficar dispostos no Aterro Controlado Municipal, a serviço da SEMUR.

9.13.5.24 Serão de responsabilidade da Contratada as seguintes operações: distribuição dos contêineres antes do evento, coleta dos resíduos após a realização do evento e a retirada dos contêineres.

9.13.5.25 A Contratada deverá efetuar a manutenção e higienização dos contêineres e equipamentos durante o período de vigência do contrato, mantendo-os sempre em condições de utilização e apresentação.

9.13.5.26 Os contêineres danificados, que não tenham mais condições de serem reformados, deverão ser substituídos, conforme solicitação da SEMUR.

9.13.6 DESTINO DOS RESÍDUOS COLETADOS

9.13.6.1 O local de descarga dos resíduos recolhidos é o Aterro Controlado Municipal, situado na Rodovia Clodomiro Bicalho, s/n, Bairro Industrial, ou local outro indicado pelo CONTRATANTE.

9.13.6.2 Com o veículo à plena carga, ou quando concluído o roteiro de coleta, deverá ser procedido o seu deslocamento até o Aterro Controlado Municipal, para efetuar a descarga dos resíduos coletados.

9.13.6.3 Ao chegar no Aterro Controlado Municipal, o motorista deverá seguir os procedimentos locais, incluindo a pesagem do veículo na entrada (peso bruto), a descarga dos resíduos e a pesagem na saída (peso tara). A aproximação e o afastamento do veículo coletor à balança deverão ser feitos vagarosamente, sem freadas ou arrancadas bruscas, com a finalidade de não danificar o equipamento.

9.13.6.4 Para acessar os locais de descarga todos os funcionários da Contratada deverão estar devidamente identificados, com o uniforme da empresa e utilizando os respectivos Equipamentos de Proteção Individuais - EPI's.

9.13.6.5 Os motoristas deverão deslocar seus veículos, nas proximidades dos locais de descarga, com velocidade máxima de 10km/h (dez quilômetros por hora), observado o limite de velocidade permitido para o local.

9.13.6.6 Após a pesagem, os motoristas dos veículos serão orientados, por funcionários da SEMUR, quanto ao ponto exato de descarga.

9.13.6.7 Os líquidos, armazenados no compartimento de carga dos veículos coletores, deverão ser descarregados no mesmo local onde será efetuada a descarga dos resíduos, devendo ser respeitadas as orientações dos funcionários deste local.

9.13.6.8 Não será permitido que os veículos coletores se desloquem para a sede da Contratada com resíduos em seus compartimentos de carga, salvo se for por problemas mecânicos que impossibilitem ou tornem perigoso o seu deslocamento para o local de descarga.

9.13.6.9 No mesmo endereço do Aterro Controlado Municipal está localizada a Unidade de Triagem do Projeto COOPECAMARI, para a qual serão destinadas algumas cargas dos serviços de coleta domiciliar. Neste caso haverá a devida notificação do servidor da SEMUR ao motorista da Contratada.

9.14 **SUBCONTRATAÇÃO:**

9.14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão.

10.4. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br/

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO:

11.1 RECEBIMENTO:

11.1.1 A unidade de medição dos serviços será “massa de resíduos coletados e transportados” (expressa em toneladas), com valor unitário em R\$/tonelada, desde que atendidas as demais disposições legais e regulamentadoras.

11.1.2 No valor da tonelada de resíduos coletados deverão incidir todos os custos diretos, indiretos e os investimentos necessários à execução do objeto do contrato.

11.1.3 O valor das medições será obtido mediante às quantidades efetivamente executadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE.

11.1.4 As quantidades efetivamente executadas serão medidas conforme critério de medição estabelecido no presente documento e contrato.

11.1.5 Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais.

11.1.6 As medições dos serviços prestados abrangerão o período de um mês, iniciando no dia primeiro e encerrando-se no último dia, exceto a primeira e última que poderão ser fracionadas em virtude do início e término do Contrato.

11.1.7 Os motoristas da CONTRATADA ficam obrigados a informar ao operador da balança rodoviária de pesagem o setor de coleta, assinar os tickets de pesagem após a descarga dos veículos, bem como retirar a via do controle de pesagem pertencente à CONTRATADA, os quais servirão de base para o cálculo da medição mensal do serviço.

11.1.8 A CONTRATADA enviará mensalmente ao CONTRATANTE, requerimento em modelo apropriado, onde constem os quantitativos dos serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pela equipe técnica do CONTRATANTE, para fins de pagamento.

11.1.9 Caberá ao CONTRATANTE, a seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do contrato.

11.1.10 Depois de conferida e aprovada a medição e recebida toda a documentação necessária, o CONTRATANTE, através da SEMUR, providenciará o envio das Notas Fiscais e Boletim de Medições para o devido pagamento.

11.1.11 O pagamento será realizado conforme a medição dos serviços, efetuado por meio de Ordem Bancária, conforme boletim de medição, mediante depósito em conta-corrente no

nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicados por ele, de acordo com o Capítulo X da Lei nº 14.133/2021.

11.1.12 A nota fiscal deverá referir-se a produtos de uma única Nota de Empenho; no caso de o fornecimento abranger produtos de mais de uma Nota de Empenho, deverão ser emitidas tantas notas fiscais quantas forem necessárias.

11.1.13 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a solicitação que deverá ser realizada através de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela Secretaria solicitante com autorização do Prefeito Municipal.

11.1.14 Ficará reservada a contratante de suspender o pagamento, até a regularização da situação se, durante a execução do contrato forem identificadas não conformidades relacionadas às obrigações da contratada.

11.1.15 Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

11.1.16 Quando do pagamento, se for o caso, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.1.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

11.1.18 A contratada deverá apresentar as certidões que comprove a regularidade das obrigações Fiscais e Trabalhistas (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa De Débito Junto ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Estadual e Certidão Municipal), por ocasião da entrega das Notas Fiscais. A administração poderá ainda solicitar outras certidões que se fizerem necessárias.

11.1.19 O contratado deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer instituição de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do Decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

11.1.20 Segue abaixo os critérios e metodologias para serem utilizadas em caso de impossibilidade de utilização de equipamentos de pesagem em unidades da SEMUR.

11.1.21 Em caso de impedimentos temporários na operação do sistema de pesagem da ETLP, devido à falta de energia elétrica, manutenções, etc., o cálculo da massa de resíduos coletada, será realizado por meio de critérios preestabelecidos para este fim, conforme Metodologia para o Cálculo de Massa de Resíduos Sólidos descrita a seguir.

11.1.22 Esses critérios e metodologias já foram abordados, discutidos e adotados desde o início da década de 90, tendo como marco inicial a implantação do primeiro sistema de pesagem informatizado no Aterro Sanitário Zona Norte, sendo sua primeira versão escrita em outubro de 1999.

11.1.23 Os critérios e metodologias estabelecidos a seguir podem ser aplicados nos Aterros Sanitários, Aterros de Entulhos, Centrais de Beneficiamento de Resíduos Arbóreos, Aterros Metropolitanos, Unidades de Triagem e Compostagem e Estações de Transbordo que possuem um setor de pesagem próprio ou em conjunto com uma ou mais unidades.

11.1.24 DEFINIÇÕES:

- a) **Dia:** É considerado como dia, para efeitos de entrada de resíduos, o período que se inicia com a abertura dos registros para novas descargas no local de recebimento de resíduos, e se encerra com a entrada do último veículo coletor de zona de coleta do mesmo dia de referência já iniciado, que pode ocorrer na madrugada do dia seguinte.
- b) **Tipo de Coleta:** Campo de preenchimento obrigatório no Sistema de Pesagem da SEMUR. Descreve a empresa ou a categoria do veículo em descarga.
- c) **Média por viagem:** Razão entre a massa total pesada do dia (kg) e o respectivo número de viagens (calculada para cada tipo de coleta separadamente).
- d) **Média do dia:** Razão entre o somatório da massa total (kg) dos 4 (quatro) últimos mesmos dias da semana, exceto feriados, dividido por 4 (quatro), calculada para cada tipo de coleta separadamente. Ex.: Para uma sexta-feira, consideram-se as quatro últimas sextas-feiras anteriores.

11.1.25 APLICAÇÃO:

- a) **Até 1/3 (um terço) de todas as viagens do dia não registradas:** Será usada, para o cálculo das massas das viagens não pesadas, a média por viagem para cada tipo de coleta,

tanto em dias úteis quanto em feriados. Caso não exista descarga(s) de um tipo de coleta no dia de interrupção da pesagem, será retornado ao dia imediatamente anterior; em caso de feriado, ao feriado anterior.

- b) Entre 1/3 (um terço) e a totalidade de todas as viagens do dia, até 10 dias**
- c) consecutivos de viagens, não registradas dentro do mesmo mês:**
- d) Para dias úteis: será usada, como massa total do dia, a Média do Dia;
- e) Para feriados: será usada, para a obtenção da massa de resíduos coletada e/ou transportada, a mesma massa de resíduos coletada e/ou transportada no feriado imediatamente anterior, desde que tenha incidido no mesmo dia da semana.
- f) Acima de 10 (dez) dias de viagens não registradas dentro do mesmo mês:** Os casos de aplicação de média deverão ser estudados oportunamente, podendo ou não seguir esta metodologia. Tal decisão deverá levar em consideração, entre outros, fatores como a sazonalidade e a situação atual de distribuição dos resíduos para as unidades de transbordo e destino final.
- g) Todas as médias deverão ser calculadas com base em dias em que, pelo menos, dois terços das descargas tenham sido pesadas.
- h) Os arredondamentos, no cálculo das médias, deverão ser feitos conforme a precisão da ferramenta de cálculo utilizada, devendo ser observado o limite de 1kg (um quilograma) para a apresentação dos resultados.

11.2 LIQUIDAÇÃO:

11.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias uteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nossos termos art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data de emissão;
- c) Os dados do contrato do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e

f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstâncias que impeça a liquidação da despesa, esta ficará até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularidade da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhadas da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.2.5 A administração deverá realizar consulta para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.2.6 Constatando-se a situação de irregularidade, será providenciado sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.2.7 Não havendo regularização ou tendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual os autos do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Prazo de pagamento.

11.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11.3 PRAZO DE PAGAMENTO:

11.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

11.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO(S) CONTRATO(S) E DO(S) PREÇO(S)

12.1 O(s) contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), com as devidas justificativas, conforme situações descritas no Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021.

12.2 Do Reajuste de Preços: Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data da apresentação da proposta, com base em índice setorial específico ou índice geral previamente definido no edital, a ser aplicado conforme a legislação vigente. O índice a ser adotado para fins de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que melhor reflita a variação dos custos do setor, conforme estabelecido no edital.

12.3 Da Repactuação: Nos contratos que envolvam a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será permitida a repactuação dos valores contratados com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que:

I Seja decorrente da variação dos custos dos componentes da mão de obra, em especial quando decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

II Seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do último acordo, convenção ou sentença normativa que tenha impactado os custos.

A repactuação deverá ser formalmente requerida pela contratada, mediante apresentação de planilhas atualizadas e comprovações das alterações nos custos.

12.4 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser revisto para mais ou para menos, nas seguintes hipóteses:

I Caso ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições de execução do contrato;

II Em razão de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem ou onerem excessivamente a execução contratual;

III Por ato ou omissão da Administração Pública, que gere impacto econômico-financeiro no contrato.

12.5 A solicitação de reequilíbrio deverá ser formalizada pela parte interessada, devidamente motivada e acompanhada de documentos comprobatórios do impacto financeiro decorrente do fato ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

13.1 As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA estão dispostas no Termo de Referência, e Minuta de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7 Ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

14.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;

14.1.9 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 14.1.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 14.1.4 a 14.1.6 e 14.1.8 a 14.1.12;
- c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 14.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;
- d) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 13.1.3 (inexecução total do contrato).
- e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1.2 a 14.1.7 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.1.8 a 14.1.2, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.5 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

14.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

14.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.11 Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação do art. 164 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: portaldecompraspublicas.com.br/

15.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

15.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br/

16.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - ITENS

ANEXO II - Termo de Referência

ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato

Paragominas/PA, 08 de abril de 2026.

MILCILENE NASCIMENTO DOS SANTOS

Agente de Contratação

Portaria nº 050/2025-GPP



PARAGOMINAS
PREFEITURA
CONSTRUÍDA POR SONHOS, MOVIDA POR PESSOAS

ANEXO I - ITENS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.918/2026

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E PÚBLICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA”.

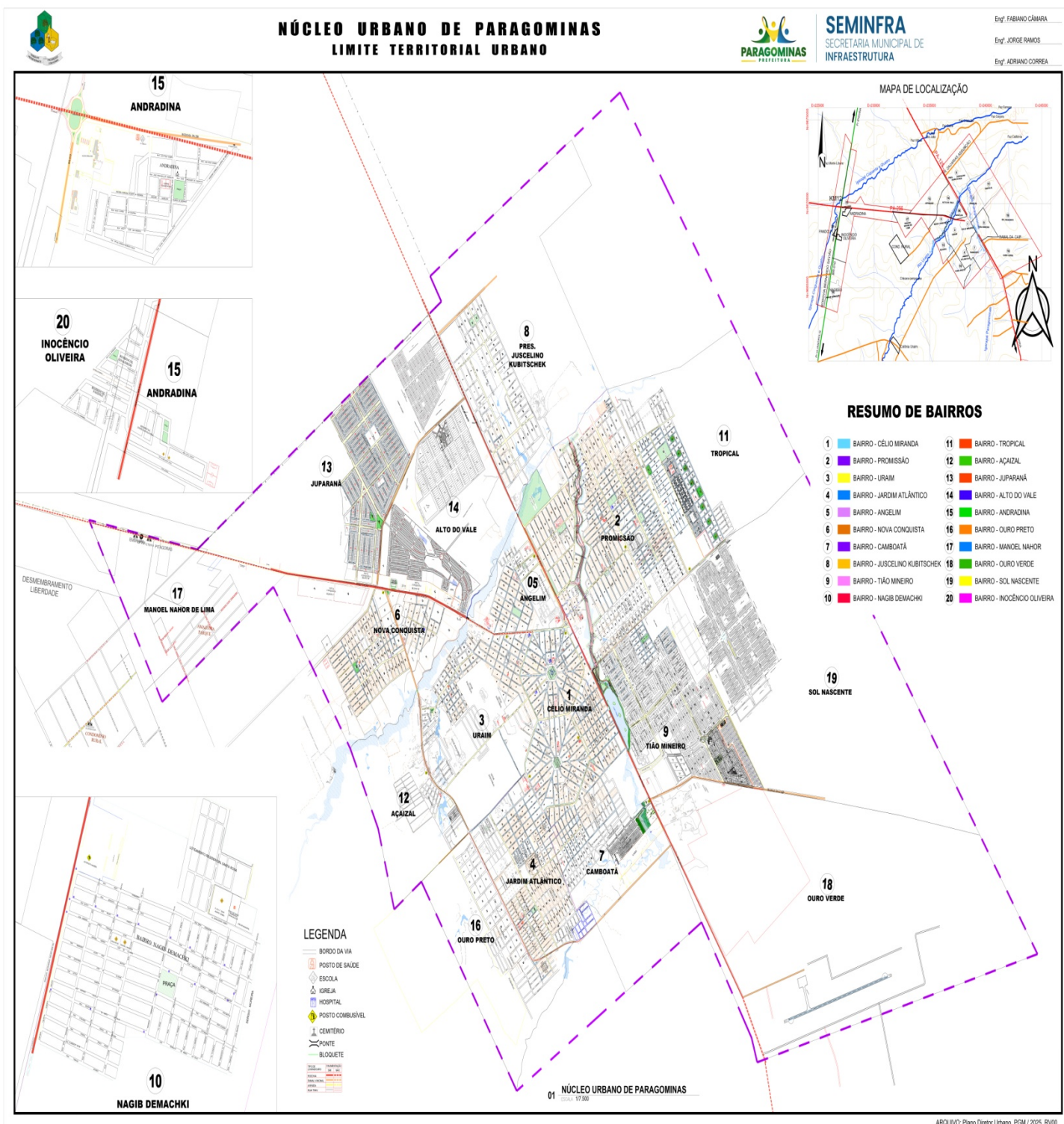
Paragominas/PA, 08 de abril de 2026.

MILCILENE NASCIMENTO DOS SANTOS

Agente de Contratação

Portaria nº 050/2025-GPP

ANEXO II – MAPA DO TERRITÓRIO DE PARAGOMINAS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00016
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.918/2026



TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. INTRODUÇÃO

A Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) preveem as funções do Poder Público no exercício da titularidade dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos. No município de Paragominas o órgão da administração pública municipal responsável pelos serviços de limpeza urbana é a Secretaria Municipal de Urbanismo, com os serviços prestados de maneira indireta com a terceirização das atividades.

Entendedor de que a gestão de resíduos se modificou brutalmente nos últimos anos, tornando-se fator essencial no desenvolvimento sustentável e contribuindo sobremaneira para a proteção ambiental. Esta nova abordagem deve-se ao fato que os impactos gerados pelos resíduos sólidos justificarem a necessidade de intervenções concretas, possíveis unicamente a partir do planejamento de programas de gestão sustentáveis. Nesse sentido torna-se imperativo ao bem-estar da população e da coisa pública a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos em conformidade com as diretrizes previstas nas legislações aplicáveis, pois visam nortear e garantir o acesso ao saneamento básico com a promoção da saúde pública e a qualidade ambiental, de modo a propiciar a segurança da vida.

Deste modo, o presente Termo de Referência estabelecerá as especificações técnicas necessárias para a prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e públicos para atender o Município de Paragominas/PA, uma vez que deverão ser executados em estrita observância aos planos aprovados pelo CONTRATANTE, atendidas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e demais elementos técnicos necessários exigidos por lei.

2. OBJETO

Contratação de empresa prestadora dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e públicos para atender o Município de Paragominas/PA .

3. EMBASAMENTO LEGAL

3.1. A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento do tipo menor preço global, conforme previsão expressa na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

3.2. Nos termos do art. 28, inciso I, o pregão é a modalidade de licitação adequada para a contratação de serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da referida Lei.

4. ÓRGÃO REQUISITANTE

4.1. Secretaria Municipal de Urbanismo.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa atender à necessidade imediata e contínua de prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e públicos no Município de Paragominas/PA. A interrupção desses serviços comprometeria diretamente a saúde pública, o bem-estar da população e a qualidade ambiental urbana, tendo em vista o acúmulo de resíduos em vias públicas, a proliferação de vetores de doenças e o aumento de focos de lixo e degradação ambiental.

O problema a ser solucionado decorre da anulação do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 9/2025-00022 com objeto “contratação de empresa prestadora dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e públicos para atender o município de Paragominas/Pa” e o Contrato emergencial nº 665/2025, de mesmo objeto, que atende a Secretaria Municipal de Urbanismo dentro da sua estrutura de limpeza e manejo de resíduos sólidos, encontra-se com vigência até 27 de agosto de 2026. Diante disso, a Secretaria Municipal de Urbanismo necessita dar continuidade à prestação do serviço essencial, observando os princípios da legalidade, continuidade e eficiência administrativa.

A coleta de resíduos sólidos urbanos é atividade pública essencial, conforme definido na Lei nº 11.445/2007, e tem repercussões diretas no cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Sua adequada execução envolve a coleta, o transporte e a destinação final ambientalmente adequada, tanto dos resíduos domiciliares quanto dos resíduos públicos (oriundos de eventos, mutirões, limpeza urbana, entre outros).

A prestação regular e eficiente desses serviços é condição fundamental para:

- Prevenir riscos sanitários.
- Reduzir a incidência de doenças.
- Controlar áreas de descarte irregular.
- Atender às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
- Garantir a universalização dos serviços básicos de saneamento, como previsto no novo marco legal (Lei nº 14.026/2020).

Além disso, a crescente demanda populacional e a ampliação urbana do município exigem um modelo de contratação que proporcione agilidade operacional, cobertura total das áreas

atendidas e flexibilidade para atender locais de difícil acesso, tanto em zonas urbanas quanto em pontos estratégicos da zona rural.

Assim, fundamentada no interesse público e na natureza essencial do serviço, esta contratação busca assegurar a continuidade da política municipal de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, por meio de processo licitatório com regime de execução indireta, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

6. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1. O serviço objeto desta contratação é classificado como serviço comum, de modo contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos objetivamente por meio de especificações técnicas usuais de mercado, já consolidadas e de amplo conhecimento técnico no setor.

6.2. Coleta Domiciliares e Resíduos Públicos

6.2.1 O serviço de coleta domiciliar compreende a execução das atividades de coleta manual porta a porta e transporte (até o Aterro Controlado Municipal) dos resíduos sólidos ordinários domiciliares gerados em todos os imóveis residenciais e não residenciais do Município de Paragominas/PA. Os Resíduos sólidos domiciliares são os materiais resultantes das atividades cotidianas desenvolvidas pelo ser humano, tais como: resíduos orgânicos e resíduos secos passíveis ou não de reciclagem.

6.2.2. O serviço de coleta de resíduos públicos compreende o recolhimento manual e mecanizado, bem como o transporte até o Aterro Controlado Municipal, com utilização de caminhão coletor ou basculante, dos seguintes tipos de resíduos sólidos:

- a) Produção dos serviços de limpeza pós-eventos executados pelo poder público ou por suas contratadas;
- b) Focos de lixo (disposições irregulares de resíduos sólidos orgânicos ou recicláveis similares aos resíduos domiciliares);
- c) Resíduos provenientes de mutirões ou de outras atividades institucionais promovidas pela SEMUR;
- d) Resíduos provenientes da atividade irregular de triagem realizada por catadores nas vias públicas;
- e) Animais mortos de pequeno e médio porte dispostos nos logradouros públicos;
- g) Resíduos gerados em Unidades da Administração Pública Municipal que não utilizam a coleta domiciliar convencional.

6.3. Excetua-se dos serviços citados nos itens 6.2.1 e 6.2.2., os resíduos infectantes da área de saúde e congêneres, industriais, tóxicos e resíduos da construção civil.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução que se mostra mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública Municipal de Paragominas/PA consiste na contratação de empresa especializada na execução dos serviços de coleta e transporte adequada dos resíduos sólidos urbanos gerados no município.

A contratação visa assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos essenciais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme previsto no art. 3º, inciso I, da Lei nº 11.445/2007, com a redação dada pela Lei nº 14.026/2020, que institui o novo marco legal do saneamento básico. Os serviços a serem prestados incluem todas as etapas operacionais necessárias ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos com a coleta regular e transporte até o Aterro Controlado Municipal de Paragominas.

A execução dos serviços deverá seguir rigorosamente os preceitos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/2010, e estar em conformidade com o Decreto nº 10.936/2022, que a regulamenta. Adicionalmente, a empresa contratada deverá observar as diretrizes e adequação às metas de universalização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido no Plano Nacional de Saneamento Básico e no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, contribuindo para o atendimento dos princípios da eficiência, sustentabilidade e proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

8. DO VALOR GLOBAL ESTIMADO

8.1. Valor global estimado da contratação é de R\$ 6.603.519,48 (seis milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos).

8.2. Em anexo segue a Planilha de Composição de Custos visando estimar os custos dos serviços.

9. DA PROPOSTA COMERCIAL E PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

9.1. As empresas interessadas em participar da contratação direta deverão apresentar suas propostas, onde no conteúdo das mesmas deverão conter todos os custos necessários para o fornecimento dos serviços, de forma detalhada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, discriminando os valores unitários e globais. Será vencedora aquela empresa que ofertar o menor valor na cotação e ainda apresentar todos os documentos necessários para a contratação.

9.2. As empresas deverão apresentar Planilha de Composição de Custos Unitários conforme modelo utilizado para o valor de referência da presente contratação.

9.3. A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento do tipo menor preço global.

9.4. Adota-se o critério de julgamento pelo **menor preço global**, tendo em vista que os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e públicos são prestados de forma

contínua, integrada e indivisível, cuja divisão por itens comprometeria a execução eficiente, segura e econômica do contrato, conforme art. 33, I da Lei nº 14.133/2021.

10. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS

10.1. O serviço de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e públicos) será prestado no território do Município de Paragominas, conforme locais definidos no mapa em anexo, onde estão especificados todos os bairros da área urbana, Distrito Inocêncio Oliveira e as localidades rurais Vila Km 204, Piriá, Colônia do Uraim, Condomínio Rural e Km 15.

10.2. Os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares compreendem o recolhimento regular de todos os resíduos descritos no item 6.2.1, devendo ser executada de forma manual (porta a porta).

10.3. Os serviços de coleta de resíduos sólidos públicos compreendem o recolhimento de disposições irregulares de resíduos, coleta de resíduos de unidades administrativas do município e os demais serviços descritos no item 6.2.2., devendo ser executada de forma manual (porta a porta) ou mecanizada (com uso de contêineres), conforme solicitação da CONTRATANTE.

10.4. A metodologia de coleta manual é aquela onde os resíduos são depositados em via pública, em qualquer tipo de recipiente, pelos munícipes e carregados no veículo da coleta, manualmente, por funcionários da CONTRATADA.

10.5. A metodologia de coleta mecanizada é aquela onde os resíduos são depositados em contêineres instalados nas vias e logradouros públicos municipais, obedecendo ao disposto neste Termo de Referência e carregados mecanicamente, por equipamento instalado nos veículos da CONTRATADA.

10.6. Nos casos em que não haja a possibilidade de acesso ao veículo coletor, o recolhimento deverá ser realizado sob a melhor técnica disponível apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE.

10.7. A metodologia utilizada será a mesma da coleta em áreas de acesso regular, resguardadas as peculiaridades inerentes as localidades.

10.8. Frequência da Coleta de resíduos sólidos:

10.8.1. A coleta de resíduos sólidos na área urbana deverá ser executada de acordo com as três modalidades de frequência definidas a seguir que serão adotadas conforme a região da cidade:

- Diária: Os serviços serão executados diariamente, de segunda a sábado;
- Alternada par: Os serviços serão executados nas segundas, quartas e sextas;
- Alternada ímpar: Os serviços serão executados nas terças, quintas e aos sábados.

10.8.2. A definição de quais áreas receberão coleta na modalidade “alternada par” ou “alternada ímpar” serão definidas pela contratada.

10.8.3. As coletas realizadas no Centro Urbano e Comercial de Paragominas deverão ser obrigatoriamente realizadas com frequência diária, no período noturno de segunda a sábado, e aos domingos no período diurno a partir das 7 horas.

10.8.4. Deverá ter uma rota especial exclusiva para os domingos e feriados que compreenderá o Centro Comercial de Paragominas (Módulo I), Área do Mercado Municipal, Praça Célio Miranda, Praça Cleodoval Jose Moura Gonçalves, Lago Verde, Parque Ambiental, Av. Presidente Vargas, Av. Tamandaré, bem como as Avenidas Clementino Gualberto, Av. Prof. Manoel Pereira da Silva e Av. Mariza Rocha Coelho Fernandes localizadas no Bairro Tropical,

10.8.5. As áreas em que a coleta deverá obrigatoriamente ser diária estão descritas na tabela abaixo:

Bairro ou Rua	Delimitação
Centro Urbano e Comercial (incluso os domingos)	Modulo I - 100% da área; Jardim Nossa Sr ^a da Conceição - (Entre a Avenida Terezinha e Rua São Luiz / Entre a Rua São José e Rua P. Socorro)
Loteamento Uraim I	100% da área
Loteamento Promissão I	100% da área
Rua Vinicius de Moraes	100% do logradouro
Rua Barão de Araruna	100% do logradouro
Av. Professor Manoel Pereira da Silva (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Clementino Gualberto (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Mariza Rocha Coelho (incluso os domingos)	100% do logradouro

Avenida Noemio Dias de Oliveira (Rua São Luiz)	Entre a Rodovia Bernardo Sayão e a Rua Manoel Pereira dos Santos (Bairro Nagibão)
Avenida Presidente Vargas (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Tamandaré (incluso os domingos)	100% do logradouro
PA 256	Do Terminal Rodoviário Therezinha Scaramussa até o início da Av. Presidente Vargas
PA 256	Entre os Km 11 e Km 12
Rua Florianópolis => Rua São Francisco	Entre a Rua Recife e a Av. Magalhães Almeida (Loteamentos Jardim Bela Vista e Jardim Atlântico)
Av. Airton Senna	Entre a Av. Rainha da Paz e a Rodovia dos Pioneiros (Bairro Jaderlândia)

10.8.6. Haverá 3 (três) turnos de coleta urbana, conforme a região da cidade. Abaixo, estão definidos os horários de trabalho para cada turno:

- Diurno matutino: Das 07 horas as 11 horas;
- Diurno vespertino: Das 13 horas as 17 horas;
- Noturno: Das 18 horas as 23 horas.

10.8.7. O horário de início da coleta é considerado como o horário em que as equipes de coleta iniciam a execução do recolhimento dos resíduos nos seus respectivos setores de coleta.

10.8.8. A coleta de resíduos públicos, descrito no item 6.2.2, deverá ser feita de acordo com programações de serviços determinadas pela SEMUR.

10.8.9. O serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares não poderá haver interrupção por mais de 48 (quarenta e oito) horas, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando isto ocorrer, com exceção aos períodos de feriados (nacionais, estaduais e municipais).

10.8.10. Os locais da rota especial descrita no item 10.8.4. deverá ocorrer todos os dias, sem exceção.

10.8.11. O plano e os horários estabelecidos, aprovados pelo CONTRATANTE, deverão ser rigorosamente cumpridos.

10.8.12. Fica expressamente vedada qualquer alteração do Plano de Coleta pela CONTRATADA sem a expressa aceitação do CONTRATANTE.

10.8.13. A não observância do disposto no caput desta cláusula incorrerá o infrator às penalidades legais e contratuais cabíveis.

10.9. Dos equipamentos:

10.9.1. Segue abaixo a relação de equipamentos

Veículo/equipamento	Efetivo	Reserva técnica
Caminhão equipado com coletor compactador com capacidade mínima para 12m ³ de resíduos compactados e dispositivo para basculamento de contêiner	8	1
Caminhão basculante 6x4 com capacidade mínima para 12m ³	1	-
Contêiner de PEAD, com tampa, com capacidade de 1.000L (um mil litros)	10	-

10.10. Do total de rotas e equipes:

10.10.1. Segue abaixo relação de rotas e equipes:

Veículo/equipamento	Turno diurno	Turno noturno
Coletor compactador Setores urbanos	8	2
Caminhão basculante Setor rural	1	0

10.10.2. As equipes diurnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 2 (dois) coletores para cada veículo, e as equipes noturnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 3 (três) coletores para cada veículo, com um encarregado para cada turno de trabalho.

10.10.3. Os quantitativos apresentados são uma sugestão de equipe mínima necessária de equipamentos e mão de obra necessários para melhor atender os serviços, conforme Estudo Técnico Preliminar.

10.11. Recursos Humanos

10.11.1. Para a execução integral dos serviços de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e públicos), a Contratada deverá dispor de todo o pessoal necessário ao bom andamento das atividades relacionadas aos serviços. Para tanto deverá estar previsto, no mínimo, os recursos humanos constantes a seguir:

Cargo/Função	Rota Urbana Diurno	Rota Urbana noturno	Rota Rural	Total
Coletor	16	6	2	24
Motorista	8	2	1	11
Supervisor	1	1	*	2
Total de colaboradores envolvidos diretamente no serviço				37

* O supervisor diurno da zona urbana será o responsável pela supervisão nos pontos de coleta na zona rural.

10.11.2. Os efetivos definidos no item 10.11.1. representam o quantitativo mínimo sugerido, por cargo/função, que a Contratada deverá dispor diariamente para operacionalização dos serviços. Não está expresso nesta tabela o efetivo reserva necessário à substituição de funcionários que se ausentarem ao serviço por qualquer motivo, seja por férias, afastamentos legais, ou ainda por faltas injustificadas.

10.11.3. As atividades de coleta de resíduos domiciliares aos domingos poderão ser realizadas pelas equipes que prestam serviço nos turnos regulares, na forma de rodízio, conforme escala a ser definida pela Contratada.

10.11.4. Caberá à Contratada, de acordo com sua política de recursos humanos e considerando as características regionais de disponibilidade de mão-de-obra, definir o número de funcionários a serem contratados para garantir o efetivo mínimo exigido para a execução dos serviços.

10.11.5. Os supervisores serão os responsáveis por atender à Fiscalização da SEMUR para prestar informações sobre o andamento dos serviços e para o recebimento e encaminhamento de solicitações e reclamações.

10.11.6. O Responsável Técnico deverá ser o responsável por todas as atividades executadas pela Contratada, no que diz respeito aos serviços prestados para a SEMUR, devendo este recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/PA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Pará e assinar os Boletins de medição da Contratada.

10.11.7. Todo pessoal envolvido na operação, especialmente as atividades diretas tais como: Coletores, Motoristas, Supervisores e Responsável Técnico deverão ser do quadro funcional da empresa contratada, sendo vedada a subcontratação.

10.11.8. A Contratada deverá operar como empregadora autônoma responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais resultantes da execução do Contrato. Seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a SEMUR.

10.12. Uniformes e EPI'S

10.12.1. A Contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, os uniformes e EPI's, atendendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e demais elementos técnicos necessários exigidos por lei.

10.12.2. As peças deverão ser repostas gratuitamente pela Contratada, sempre que se apresentarem desgastadas, destruídas ou impróprias para a sua finalidade. A Fiscalização da SEMUR poderá determinar a substituição dos uniformes e equipamentos.

10.12.3. Os custos relacionados aos uniformes e EPI'S poderão estar especificados no grupo E dos encargos sociais.

10.12.4. Os equipamentos de proteção individual deverão ter certificado de aprovação do Ministério do Trabalho/INMETRO.

10.13. Requisitos dos veículos e equipamentos

10.13.1. Caminhão equipado com coletor compactador:

- a) Durante o transcorrer do contrato, em qualquer condição, será exigido que a idade máxima dos veículos e dos equipamentos não seja superior a 10 (dez) anos;
- b) Todos os equipamentos instalados sobre os veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos deverão ser pintados em cor padronizada;

- c) Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, todos os veículos deverão possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;
- d) Todos os veículos e equipamentos, deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais, o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.
- e) Todos os veículos deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais, seus respectivos prefixos;
- f) Não será admitido a veiculação de qualquer propaganda, ou letreiro, com identificação da Contratada no chassi ou no equipamento, sem a devida anuência e autorização por parte da SEMUR;
- g) Os veículos ou equipamentos de coleta deverão possuir suportes para carregar 03 (três) vassouras e 03 (três) pás para auxiliar no desenvolvimento dos serviços;
- h) Em todos equipamentos e/ou veículos, utilizados na coleta, deverão ser instaladas luzes de advertência, na cor âmbar, do tipo sinalizador visual rotativo (*giroflex* ou similar);
- i) Todos veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha à ré e, para o caso dos veículos equipados com coletores compactadores, lanternas de sinalização traseiras elevadas;
- j) Na cabine dos veículos dotados de equipamentos com compactadores de resíduos deverá ser instalada campainha, com acionamento pela traseira do equipamento, com o propósito de permitir que os Coletores da equipe de trabalho solicitem a parada imediata do veículo, sem que haja a necessidade do comando verbal;
- k) Os equipamentos compactadores deverão ter suas características em conformidade com o que dispõe a Norma Regulamentadora - NR 12 -Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos, da Portaria n.º 3.214 de 08 de junho de 1978;
- l) Todos os veículos (caminhões e automóveis) deverão portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;
- m) Todos os veículos deverão atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;
- n) Todos os veículos deverão ser providos de garrafas térmicas com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n.º 24 da portaria n.º 3.214 do Ministério do Trabalho;
- o) Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);
- p) Na boca de carga deverá ser instalada iluminação que possibilite a visualização noturna deste compartimento, de forma a minimizar o risco de acidentes com os Coletores;
- q) O equipamento de compactação deverá permitir que o volume dos resíduos possa ser reduzido para, no mínimo, 1/3 (um terço) do seu volume antes do recolhimento;

- r) O sistema de compactação deverá ser hidráulico, com placas e prensas acionadas pela traseira do equipamento;
- s) O compartimento de carga deverá ser estanque, de forma a evitar o vazamento de líquidos e ter compartimento ou suporte para a guarda de pás e vassouras;
- t) O equipamento de carga deve ser dotado de dispositivos que minimizem ruídos no momento da compactação de resíduos;
- u) Conforme declarado vencedor e após solicitação da Prefeitura Municipal de Paragominas, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para apresentar os equipamentos a Secretaria Municipal de Trânsito de Paragominas - SEMUTRAN para vistoria técnica.

10.13.2. Caminhão basculante

- a) Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);
- b) Caminhão 6x4 com potência mínima de 240 CV;
- c) Idade máxima durante o contrato deverá ser de 10 anos.
- d) Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, o veículo deverá possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;
- e) O veículo deverá ser pintado ou adesivado em suas laterais com o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR;
- f) O veículo deverá portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;
- g) O veículo deverá atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;
- h) O veículo deverá ser provido de garrafa térmica com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n° 24 da portaria n° 3.214 do Ministério do Trabalho;
- i) Idade máxima do equipamento durante o contrato deverá ser de 10 anos.

10.13.3. Contêiner de polietileno de alta densidade

- a) Os contêineres de PEAD deverão ter capacidade volumétrica de 1.000L (um mil litros);
- b) Os contêineres deverão ser novos (sem uso anterior), compatíveis com o equipamento de içamento adotado;

- c) Deverão ser confeccionados em conformidade com Norma Brasileira, NBR 15.911/2010;
- d) Os contêineres deverão ser pintados ou adesivados em suas laterais com o seguinte letrero: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.

10.14. Sistema de monitoramento

10.14.1. Todos os procedimentos de coleta deverão ser gerenciados pelo SEMUR e pela Contratada, através de *softwares* ou *webpage* específicos de monitoramento de frota.

10.14.2. Em todos os veículos coletores (compactadores e caçambas) deverão ser instalados dispositivos que transmitam os dados de operação para que permitam a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Localização georreferenciada, em tempo real e histórica, expressa em mapa viário, da posição de cada veículo, com indicação do seu respectivo setor de coleta, quando for o caso de veículos em atividades de coleta domiciliar;
- b. Velocidades instantâneas dos veículos;
- c. Tempo de parada (quando a velocidade for 0km/h);
- d. Possibilidade de consulta de mais de um veículo simultaneamente em janelas independentes;
- e. Indicação do *status* de cada veículo (parado, em coleta, em deslocamento, em descarga, etc.).

10.15. Especificação do sistema de execução para serviços de recolhimento de resíduos domiciliares.

10.15.1. A coleta regular de resíduos sólidos domiciliares será realizada nas áreas descritas no **Item 9.1 e mapa em anexo** do território de Paragominas, com a utilização de caminhões dotados de equipamentos coletores compactadores de resíduos com capacidade mínima de 12 m³ (doze metros cúbicos).

10.15.2. Em todos os domicílios localizados em áreas onde não haja a possibilidade de acesso para qualquer tipo de veículo coletor, os resíduos deverão ser recolhidos e transportados manualmente, pelos coletores da equipe de coleta, até o caminhão.

10.15.3. Os setores de coleta deverão ser executados obedecendo aos respectivos roteiros planejados, adequados ao sistema viário e à legislação de trânsito, de forma a conferir uma constância de horários de atendimento em cada domicílio.

10.15.4. A impossibilidade de cumprimento dos roteiros definidos, seja por obras nas vias públicas, alterações no trânsito, ou qualquer outra razão, deverá ser comunicada imediatamente à Fiscalização da SEMUR, de forma que esta Fiscalização possa orientar a Contratada quanto a alternativa a ser seguida.

10.15.5. Em qualquer circunstância deverá ser assegurada a coleta dos resíduos sólidos em todos os imóveis do setor.

10.15.6. Na execução dos serviços de coleta, os veículos coletores deverão deslocar-se nos setores de coleta em velocidade reduzida, realizando paradas, sempre que necessário, de modo a evitar “correrias” que possam prejudicar a qualidade do serviço e a segurança da equipe e de terceiros.

10.15.7. Os veículos em operação de coleta, durante o dia, deverão transitar com os faróis acessos e sinalização de alerta ligados. Durante a noite também deverá ser ligado o sinalizador visual rotativo.

10.15.8. Sempre que possível, o motorista do veículo coletor deverá permitir o livre trânsito dos demais veículos nas vias públicas.

10.15.9. O roteiro deverá ser executado pelo veículo coletor dentro do horário estabelecido para o turno, completando quantas cargas forem necessárias para a coleta de todo o resíduo disposto no setor.

10.15.10. Nas vias de grande fluxo de veículos, ou com canteiros centrais, a coleta deverá ser efetuada com a passagem do veículo coletor em cada lado da via, de forma a evitar a travessia pelos Coletores a todo o momento.

10.15.11. Deverão ser recolhidos todos os resíduos sólidos que estejam dispostos para a coleta, dentro da região de abrangência definida no **item 10.1** deste Termo de Referência, e atendendo as seguintes condições:

- Dispostos no passeio público fronteiro ao imóvel gerador;
- Dispostos na área de recuo para ajardinamento dos imóveis, desde que o acesso até os resíduos esteja seguro e desobstruído;
- Dispostos em cestos ou contêineres abertos e ventilados, localizados em qualquer um dos locais citados anteriormente;
- Acondicionados em sacos plásticos;
- Acondicionados em recipientes com capacidade máxima de 100L (cem litros);
- Resíduos soltos que tenham sido depositados no passeio público pela ação de catadores ou de animais sobre o material disposto para a coleta;
- Disposições irregulares de resíduos sólidos nas vias públicas;

- Os resíduos que eventualmente venham a cair dos sacos plásticos ou recipientes, durante a execução do serviço, deverão ser recolhidos imediatamente.
- Caberá a CONTRATADA a limpeza do local de coleta e circunvizinhança, de modo a retirar todos os resíduos, objeto deste Termo de Referência, dispostos fora da lixeira.

10.15.12. Nos casos em que os usuários do serviço dispõem seus resíduos para coleta domiciliar em recipientes próprios, deverá a Contratada tomar todo o cuidado necessário a não danificar estes recipientes, colocando-os no local de origem após o seu esvaziamento no caminhão coletor.

10.15.13. Após a lotação da capacidade de carga do veículo coletor, será procedido o seu deslocamento para o local de descarga. Não será permitido que os coletores permaneçam nos setores de coleta durante os deslocamentos do veículo coletor para a operação de descarga.

10.15.14. Se, por qualquer motivo, a coleta do setor tiver sido interrompida, as equipes deverão reiniciá-la no exato ponto onde houve a interrupção.

10.15.15. Os resíduos deverão ser recolhidos diretamente do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo. É vedado o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em único ponto, para posterior carregamento.

10.15.16. Nos deslocamentos dos veículos coletores fora das suas respectivas zonas de coleta, os coletores deverão permanecer nas cabines, sendo vedado o transporte de funcionários nos estribos das carrocerias.

10.15.17. Não será permitido que o número de passageiros transportados nas cabines dos caminhões seja superior à capacidade legal dos mesmos.

10.15.18. Se a Contratada optar por utilizar, nos serviços de coleta domiciliar, veículos com capacidade de transporte de passageiros inferior ao tamanho da equipe definida neste Termo de Referência, deverá dispor de outros meios de transporte para o deslocamento de seus coletores nos trajetos fora dos setores de coleta.

10.15.19. Em qualquer atividade de recolhimento de resíduos deverão ser tomados todos os cuidados, tanto no carregamento, como no transporte, de forma evitar que caiam ou fiquem detritos nas vias públicas.

10.15.20. Os locais de disposição da produção dos serviços de limpeza urbana e de focos de lixo deverão ser limpos pelas equipes após a realização da coleta. Para esta atividade todas as equipes de coleta deverão portar pás e vassouras, por conta da Contratada.

10.15.21. O recolhimento de animais mortos de pequeno e médio porte nos logradouros públicos deverá ser executado prioritariamente à coleta dos demais resíduos públicos, por

solicitação da SEMUR, em qualquer horário em que houver equipes de coleta de resíduos públicos em serviço.

10.15.22. A Contratada deverá dispor de 10 (dez) contêineres de PEAD de 1000 L (mil litros) para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, conforme solicitação da SEMUR.

10.15.23. Enquanto não estiverem disponibilizados para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, os contêineres deverão ficar dispostos no Aterro Controlado Municipal, a serviço da SEMUR.

10.15.24. Serão de responsabilidade da Contratada as seguintes operações: distribuição dos contêineres antes do evento, coleta dos resíduos após a realização do evento e a retirada dos contêineres.

10.15.25. A Contratada deverá efetuar a manutenção e higienização dos contêineres e equipamentos durante o período de vigência do contrato, mantendo-os sempre em condições de utilização e apresentação.

10.15.26. Os contêineres danificados, que não tenham mais condições de serem reformados, deverão ser substituídos, conforme solicitação da SEMUR.

10.16. Destino dos Resíduos Coletados

10.16.1. O local de descarga dos resíduos recolhidos é o Aterro Controlado Municipal, situado na Rodovia Clodomiro Bicalho, s/n, Bairro Industrial, ou local outro indicado pelo CONTRATANTE.

10.16.2. Com o veículo à plena carga, ou quando concluído o roteiro de coleta, deverá ser procedido o seu deslocamento até o Aterro Controlado Municipal, para efetuar a descarga dos resíduos coletados.

10.16.3. Ao chegar no Aterro Controlado Municipal, o motorista deverá seguir os procedimentos locais, incluindo a pesagem do veículo na entrada (peso bruto), a descarga dos resíduos e a pesagem na saída (peso tara). A aproximação e o afastamento do veículo coletor à balança deverão ser feitos vagarosamente, sem freadas ou arrancadas bruscas, com a finalidade de não danificar o equipamento.

10.16.4. Para acessar os locais de descarga todos os funcionários da Contratada deverão estar devidamente identificados, com o uniforme da empresa e utilizando os respectivos Equipamentos de Proteção Individuais - EPI's.

10.16.5. Os motoristas deverão deslocar seus veículos, nas proximidades dos locais de descarga, com velocidade máxima de 10km/h (dez quilômetros por hora), observado o limite de velocidade permitido para o local.

10.16.6. Após a pesagem, os motoristas dos veículos serão orientados, por funcionários da SEMUR, quanto ao ponto exato de descarga.

10.16.7. Os líquidos, armazenados no compartimento de carga dos veículos coletores, deverão ser descarregados no mesmo local onde será efetuada a descarga dos resíduos, devendo ser respeitadas as orientações dos funcionários deste local.

10.16.8. Não será permitido que os veículos coletores se desloquem para a sede da Contratada com resíduos em seus compartimentos de carga, salvo se for por problemas mecânicos que impossibilitem ou tornem perigoso o seu deslocamento para o local de descarga.

10.16.9. No mesmo endereço do Aterro Controlado Municipal está localizada a Unidade de Triagem do Projeto COOPECAMARI, para a qual serão destinadas algumas cargas dos serviços de coleta domiciliar. Neste caso haverá a devida notificação do servidor da SEMUR ao motorista da Contratada.

11. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS DE RESÍDUOS

11.1. Estimativa mensal de geração de resíduos sólidos (domiciliares e públicos)

População atendida *	Coefficiente Geração de Resíduo Domiciliar e Público (Kg / Hab / Dia)	Geração de Resíduo Ton / Habitantes / Dia	Geração de Resíduo Ton / Habitante / Mês	Geração de Resíduo Ton / Habitante / Ano
94.984,00	0,58	55,0907	1.652,7210	19.832,6520

*De acordo com os locais que serão atendidos.

11.2. População atendida: Considera-se 94.984,00 habitantes atendidos pela prestação dos serviços dimensionados no presente ETP, o que representa aproximadamente 90% do total de 105.550,00 habitantes de Paragominas, conforme IBGE, uma vez que, o presente ETP está dimensionado para atender 100% da área urbana de Paragominas, que representa 80% da população total de Paragominas e metade da população rural, desta maneira, atingindo o percentual de 90%. Os demais 10% são atendidos por equipamentos da própria Prefeitura Municipal de Paragominas.

11.3. Coeficiente de Geração de Resíduos Domiciliares: O valor de 0,58 kg / hab / dia foi considerado com base no controle de pesagem dos caminhões coletores exclusivos para coleta de resíduos domiciliares na zona urbana de Paragominas/PA e compatível com dados do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (<https://app4.cidades.gov.br/serieHistorica/>).

11.4. Geração de resíduos: O quantitativo total de resíduos dimensionados é com base na multiplicação do total de habitantes atendidos pelo coeficiente de geração de resíduos domiciliares por habitante, conforme detalhamento a seguinte: $94.984,00 * 0,58 = 55,0907$ (convertido para toneladas) * 30 (dias do mês) = 1.652,7210 toneladas por mês * 12 (número de meses) = 19.832,6520 toneladas por ano.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço por valor global**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e no edital.

12.2. A opção pelo **menor preço por valor global** justifica-se quando a execução do objeto demanda tratamento integrado, com interdependência entre os itens, etapas ou parcelas que compõem a solução pretendida, de modo que o julgamento global contribui para preservar a unidade do objeto, facilitar o gerenciamento contratual e evitar riscos de descompasso entre fornecedores distintos. Nessa hipótese, desde que a modelagem conste motivadamente dos autos e as exigências técnicas estejam claramente definidas, o julgamento global atende ao interesse público e à busca da contratação mais vantajosa.

13. DA HABILITAÇÃO:

13.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - Eireli: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- b) Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- d) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

- f) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- g) Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados de todos seus termos aditivos e/ou modificativos do seu texto, ser existir os atos;
- h) O contrato social poderá ser apresentado na sua forma consolidada.
- i) Cópia do RG e CPF dos sócios da empresa Licitante devidamente autenticados em cartório ou por servidor público mediante a apresentação do original;

13.2. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - I. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1(um);
 - II. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - III. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
 - IV. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- c) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação OU valor total estimado da parcela pertinente.
- d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- e) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

13.3. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e

pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual, Municipal e/ou Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual, Municipal e/ou Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual, Municipal e/ou Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- i) **Declaração** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- j) **Declaração** de que a firma não possui em seu quadro permanente menores, conforme VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

13.4.1.1 Prova de inscrição ou registro do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, que comprove atividade relacionada com o objeto;

12.4.1.2. As empresas que não possuem inscrição ou registro no CREA no Estado do Pará deverão apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica do CREA do seu estado e, no caso de se sagrar vencedora do certame, deverá apresentar, quando da assinatura do Contrato, visto do CREA - PA para execução dos serviços;

13.4.1.3 A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, que comprove estar exercendo ou ter exercido o serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares.

13.4.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL

13.4.2.1 Comprovação de regularidade dos responsáveis técnicos da empresa e dos detentores de acervo técnico, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).

13.4.2.2 Para atendimento à qualificação técnico-profissional, Comprovação da proponente de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional com formação bacharel em engenharia, reconhecido pelo CREA, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo Conselho.

13.4.2.2.1 Para coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, a Certidão de Acervo Técnico - CAT deverá constar com quantitativo mínimo anual de 9.916,326 toneladas, representando 50% do total estimado para os serviços de recolhimento de resíduos domiciliares.

13.4.2.3. A comprovação do vínculo profissional ao corpo técnico da empresa será mediante a apresentação dos documentos a seguir:

- a. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Ficha de Registro de Empregados (FRE) que demonstrem a identificação do profissional;
- b. Contrato de prestação de serviços celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- c. Quando se tratar de dirigente ou sócio de empresa licitante tal comprovação será feita através de Ato Constitutivo da mesma ou Certidão do CREA.

13.5. DA LICENÇA AMBIENTAL

13.5.1 Licença de Operação válida expedida pelo órgão ambiental competente, que contemple a coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (classe II), em nome da licitante.

13.5.2. Certificado de inscrição junto ao Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, nos termos da Lei nº 6.938/81 e Instrução Normativa IBAMA nº 06/2014, com comprovante de regularidade de situação cadastral e financeira.

13.6. Conforme declarado vencedor e após solicitação da Prefeitura Municipal de Paragominas, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para apresentar os equipamentos a Secretaria Municipal de Trânsito de Paragominas - SEMUTRAN para vistoria técnica.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

14.1. DA CONTRATANTE:

14.1.1. Emitir “Ordem de Início dos Serviços” autorizando o início de execução dos Serviços pela contratada;

- 14.1.2. Vistoriar a frota de equipamento;
- 14.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos colaboradores da contratada;
- 14.1.4. Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 14.1.5. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados por meio de Portaria, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 14.1.6. Comunicar oficialmente à contratadas quaisquer falhas verificadas que venham a infringir qualquer cláusula contratual, no que se refere às obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 14.1.7. Reter, por ocasião de cada pagamento, os valores de cada penalidade, caso venham a ser aplicadas.
- 14.1.8. Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional dos colaboradores da contratada exigidos e relacionados neste Termo de Referência, solicitando à contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 14.1.9. Acolher para pagamento, mensalmente, as Notas Fiscais, acompanhadas de relatório assinado pelo Fiscal do Contrato, designado por meio de portaria para acompanhar os serviços contratados e pelo representante da empresa contratada, pelo qual fique comprovado que a empresa prestou o serviço em conformidade com as orientações previstas em dispositivos legais e, ainda, sob a orientação da Administração Pública.
- 14.1.10. Atestar o recebimento do serviço realizado, em conformidade com o que preceituam os Art. 62 a 63 da Lei Nº. 4.320/64.
- 12.1.11. Rescindir o(s) contrato(s), com as consequências contratuais previstas em Lei, em caso de não cumprimento regular das cláusulas contratuais, conforme previsto no Art. 137 da Lei 14.133/2021 e aplicar as sanções administrativas previstas em Lei.

14.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 14.2.1. Recrutar, selecionar e encaminhar aos locais e no horário de trabalho determinado pela Secretaria de Urbanismo, os colaboradores e equipamentos necessários e suficientes à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida para as respectivas funções.
- 14.2.2. A guarnição deverá apresentar-se uniformizada e asseada, de acordo com as normas de segurança do trabalho pertinentes, inclusive com capas protetoras em dias de chuva, equipamentos de proteção individual etc., se as condições do serviço o exigir.
- 14.2.3. Fornecer à Secretaria Municipal de Urbanismo a relação nominal dos colaboradores que atuarão na execução dos serviços, indicando a função.
- 14.2.4. Providenciar a substituição de qualquer empregado ou equipamento/veículo considerado inadequado, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à execução dos serviços contratados, pela unidade fiscalizadora designada para o gerenciamento do contrato em consonância com as exigências contidas neste Termo de Referência.

- 14.2.5. Promover treinamento e reciclagem dos empregados sempre que o fiscalizador do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados.
- 14.2.6. Desenvolver atividades de educação continuada e aprimoramento profissional de seus colaboradores, de acordo com o determinado pela CONTRATADA, buscando a excelência do serviço a ser prestado.
- 14.2.7. Manter os colaboradores devidamente identificados por meio de crachá e uniforme, quando no exercício da profissão.
- 14.2.8. Caso a Contratada não tenha instalações no município de Paragominas, após assinatura do Contrato, deverá dispor de um escritório para controle e planejamento das atividades, bem como garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos na via pública, quando fora de serviço, ou mesmo aguardando o início dos trabalhos.
- 14.2.9. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos usuários e à Administração da Contratante, quando tenham sido causados por seus colaboradores durante o processo de execução dos serviços.
- 14.2.10. Solucionar qualquer intercorrência que venha a acontecer por ocasião da execução dos serviços, caso fique caracterizado que tenha sido por culpa e responsabilidade da Contratada.
- 14.2.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos e incorreções.
- 14.2.12. Cuidar para que esse preposto mantenha permanente contato com a Unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços prestados pelos seus colaboradores.
- 14.2.13. Assumir todas responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do seu preposto.
- 14.2.14. Adotar mecanismo de ponto próprio em que os seus colaboradores deverão registrar cada entrada e saída na prestação dos serviços.
- 14.2.15. Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal e equipamento até os locais de execução dos serviços determinados previamente pela Contratante, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.
- 14.2.16. Fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) dos seus colaboradores, impondo penalidades àqueles que se negarem a usá-los.
- 14.2.17. A contratada deverá efetuar lavagem periódica e a manutenção da pintura em perfeito estado dos veículos.
- 14.2.18. Pagar os salários de seus colaboradores até o quinto dia útil de cada mês, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas, por ocasião da entrega das Notas Fiscais.
- 14.2.19. No caso de atraso do pagamento repassado pela contratante a contratada deverá possuir lastro suficiente para manter em dias os salários e encargos trabalhistas dos seus funcionários conforme o item anterior.

- 14.2.20. Observar o horário de trabalho de seus colaboradores, em conformidade com as Leis trabalhistas.
- 14.2.21. Manter, durante o período de vigência do contrato a compatibilidade com as obrigações trabalhistas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.
- 14.2.22. Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus colaboradores não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 14.2.23. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas Dependências da Contratante.
- 14.2.24. Responsabilizar-se por todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 14.2.25. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e outros de qualquer natureza resultantes do contrato a ser originado deste processo licitatório.
- 14.2.26. Apresentar plano de contingências para manter a normalidade dos serviços, ininterruptamente mesmo em caso de eventos fortuitos (greve, epidemias, entre outros).
- 14.2.27. Apresentar, mensalmente, as certidões que comprove a regularidade das obrigações Fiscais e Trabalhistas (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa De Débito Junto ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), por ocasião da entrega das Notas Fiscais. A administração poderá ainda solicitar outras certidões que se fizerem necessárias.
- 14.2.28. Apresentar mensalmente relação nominal de seus funcionários contendo identificação completa (RG, CPF) acompanhado da respectiva folha de pagamento referente ao contrato firmado com esta municipalidade.
- 14.2.29. A CONTRATADA deverá contribuir diretamente para a manutenção dos projetos educativos e lúdicos concebidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Paragominas e seus parceiros voltados para o atendimento à população.
- 14.2.30. A CONTRATADA deverá realizar as campanhas de esclarecimento da população, incluindo a confecção e distribuição de cartilhas educativas acerca de temas socioambientais, devendo seu conteúdo ser previamente aprovado pelo CONTRATANTE.
- 14.2.31. Os serviços, objeto deste contrato, não poderão ser subcontratados em nenhuma etapa.

15. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

15.1. A unidade de medição dos serviços será “massa de resíduos coletados e transportados” (expressa em toneladas), com valor unitário em R\$/tonelada, desde que atendidas as demais disposições legais e regulamentadoras.

- 15.2. No valor da tonelada de resíduos coletados deverão incidir todos os custos diretos, indiretos e os investimentos necessários à execução do objeto do contrato
- 15.3. O valor das medições será obtido mediante às quantidades efetivamente executadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE.
- 15.4. As quantidades efetivamente executadas serão medidas conforme critério de medição estabelecido no presente documento e contrato.
- 15.5. Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais.
- 15.6. As medições dos serviços prestados abrangerão o período de um mês, iniciando no dia primeiro e encerrando-se no último dia, exceto a primeira e última que poderão ser fracionadas em virtude do início e término do Contrato.
- 15.7. Os motoristas da CONTRATADA ficam obrigados a informar ao operador da balança rodoviária de pesagem o setor de coleta, assinar os tickets de pesagem após a descarga dos veículos, bem como retirar a via do controle de pesagem pertencente à CONTRATADA, os quais servirão de base para o cálculo da medição mensal do serviço.
- 15.8. A CONTRATADA enviará mensalmente ao CONTRATANTE, requerimento em modelo apropriado, onde constem os quantitativos dos serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pela equipe técnica do CONTRATANTE, para fins de pagamento.
- 15.9. Caberá ao CONTRATANTE, a seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do contrato.
- 15.10. Depois de conferida e aprovada a medição e recebida toda a documentação necessária, o CONTRATANTE, através da SEMUR, providenciará o envio das Notas Fiscais e Boletim de Medições para o devido pagamento.
- 15.11. O pagamento será realizado conforme a medição dos serviços, efetuado por meio de Ordem Bancária, conforme boletim de medição, mediante depósito em conta-corrente no nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicados por ele, de acordo com o Capítulo X da Lei nº 14.133/2021.
- 15.12. A nota fiscal deverá referir-se a produtos de uma única Nota de Empenho; no caso de o fornecimento abranger produtos de mais de uma Nota de Empenho, deverão ser emitidas tantas notas fiscais quantas forem necessárias.
- 15.13. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a solicitação que deverá ser realizada através de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela Secretaria solicitante com autorização do Prefeito Municipal.
- 15.14. Ficará reservada a contratante de suspender o pagamento, até a regularização da situação se, durante a execução do contrato forem identificadas não conformidades relacionadas às obrigações da contratada.
- 15.15. Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

15.16. Quando do pagamento, se for o caso, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

15.18. A contratada deverá apresentar, as certidões que comprove a regularidade das obrigações Fiscais e Trabalhistas (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa De Débito Junto ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Estadual e Certidão Municipal), por ocasião da entrega das Notas Fiscais. A administração poderá ainda solicitar outras certidões que se fizerem necessárias.

15.19. O contratado deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer instituição de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do Decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

15.10. Segue abaixo os critérios e metodologias para serem utilizadas em caso de impossibilidade de utilização de equipamentos de pesagem em unidades da SEMUR.

15.10.1. Em caso de impedimentos temporários na operação do sistema de pesagem da ETLP, devido à falta de energia elétrica, manutenções, etc., o cálculo da massa de resíduos coletada, será realizado por meio de critérios preestabelecidos para este fim, conforme Metodologia para o Cálculo de Massa de Resíduos Sólidos descrita a seguir.

15.10.2. Esses critérios e metodologias já foram abordados, discutidos e adotados desde o início da década de 90, tendo como marco inicial a implantação do primeiro sistema de pesagem informatizado no Aterro Sanitário Zona Norte, sendo sua primeira versão escrita em outubro de 1999.

15.10.3. Os critérios e metodologias estabelecidos a seguir podem ser aplicados nos Aterros Sanitários, Aterros de Entulhos, Centrais de Beneficiamento de Resíduos Arbóreos, Aterros Metropolitanos, Unidades de Triagem e Compostagem e Estações de Transbordo que possuírem um setor de pesagem próprio ou em conjunto com uma ou mais unidades.

15.10.4. Definições:

- a) **Dia:** É considerado como dia, para efeitos de entrada de resíduos, o período que se inicia com a abertura dos registros para novas descargas no local de recebimento de resíduos, e se encerra com a entrada do último veículo coletor de zona de coleta do mesmo dia de referência já iniciado, que pode ocorrer na madrugada do dia seguinte.
- b) **Tipo de Coleta:** Campo de preenchimento obrigatório no Sistema de Pesagem da SEMUR. Descreve a empresa ou a categoria do veículo em descarga.

- c) **Média por viagem:** Razão entre a massa total pesada do dia (kg) e o respectivo número de viagens (calculada para cada tipo de coleta separadamente).
- d) **Média do dia:** Razão entre o somatório da massa total (kg) dos 4 (quatro) últimos mesmos dias da semana, exceto feriados, dividido por 4 (quatro), calculada para cada tipo de coleta separadamente. Ex.: Para uma sexta-feira, consideram-se as quatro últimas sextas-feiras anteriores.

15.10.5. Aplicação:

- a) **Até 1/3 (um terço) de todas as viagens do dia não registradas:** Será usada, para o cálculo das massas das viagens não pesadas, a média por viagem para cada tipo de coleta, tanto em dias úteis quanto em feriados. Caso não exista descarga(s) de um tipo de coleta no dia de interrupção da pesagem, será retornado ao dia imediatamente anterior; em caso de feriado, ao feriado anterior.
- b) **Entre 1/3 (um terço) e a totalidade de todas as viagens do dia, até 10 dias**
- c) **consecutivos de viagens, não registradas dentro do mesmo mês:**
- d) Para dias úteis: será usada, como massa total do dia, a Média do Dia;
- e) Para feriados: será usada, para a obtenção da massa de resíduos coletada e/ou transportada, a mesma massa de resíduos coletada e/ou transportada no feriado imediatamente anterior, desde que tenha incidido no mesmo dia da semana.
- f) **Acima de 10 (dez) dias de viagens não registradas dentro do mesmo mês:** Os casos de aplicação de média deverão ser estudados oportunamente, podendo ou não seguir esta metodologia. Tal decisão deverá levar em consideração, entre outros, fatores como a sazonalidade e a situação atual de distribuição dos resíduos para as unidades de transbordo e destino final.
- g) Todas as médias deverão ser calculadas com base em dias em que, pelo menos, dois terços das descargas tenham sido pesadas.
- h) Os arredondamentos, no cálculo das médias, deverão ser feitos conforme a precisão da ferramenta de cálculo utilizada, devendo ser observado o limite de 1kg (um quilograma) para a apresentação dos resultados.

16. DO ACOMPANHAMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

16.1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) por meio de portaria pela autoridade competente da Secretaria interessada na prestação dos serviços, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, bem como ao cumprimento de todas as condições constantes deste Termo de Referência e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

16.2. O modelo de gestão do contrato observará os mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização necessários para assegurar a adequada execução do objeto contratado, com vistas à obtenção do resultado pretendido pela Administração, ao cumprimento dos prazos, à

verificação da qualidade dos serviços prestados e à observância das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

16.3. A gestão do contrato caberá ao servidor designado como Gestor do Contrato, a quem competirá coordenar as atividades relacionadas à fiscalização administrativa e técnica, acompanhar a execução contratual em seus aspectos gerais, controlar prazos, vigência e eventuais alterações, bem como adotar as providências necessárias à regular execução do ajuste.

16.4. A fiscalização do contrato caberá ao servidor designado como Fiscal do Contrato, a quem competirá acompanhar diretamente a execução dos serviços, registrar ocorrências, verificar a conformidade da prestação com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, atestar a execução para fins de pagamento e comunicar ao Gestor do Contrato ou à autoridade competente as situações que demandem providências administrativas.

16.5. A CONTRATADA, por todos os meios ao seu alcance, deverá facilitar a ampla atuação da fiscalização, franqueando acesso às informações, documentos, veículos, equipamentos e demais elementos relacionados à execução dos serviços, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

16.6. A atuação, ainda que efetiva, ou eventual omissão da fiscalização durante a realização dos trabalhos não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, tampouco a exime das obrigações assumidas no contrato.

16.7. A fiscalização terá autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atribuições:

16.7.1. Solucionar dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou à sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas;

16.7.2. Solicitar a substituição de uniformes, equipamentos, veículos ou quaisquer outros insumos danificados, defeituosos, inadequados ou inaplicáveis à boa execução dos serviços;

16.7.3. Acompanhar, conferir, certificar e atestar a execução dos serviços, para fins de encaminhamento das faturas emitidas pela CONTRATADA ao setor competente para pagamento, observadas as condições contratuais;

16.7.4. Aprovar os relatórios de execução dos serviços, desde que elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência;

16.7.5. Determinar a correção de falhas, irregularidades, imperfeições ou desconformidades verificadas na execução do objeto, estabelecendo prazo razoável para saneamento;

16.7.6. Solicitar, sempre que necessário, esclarecimentos, documentos, registros operacionais e demais informações pertinentes à execução contratual;

16.7.7. Exigir que os veículos utilizados na execução dos serviços sejam submetidos à vistoria sempre que entender necessário, com o objetivo de verificar suas condições de uso, segurança, adequação e regularidade.

16.8. O recebimento, a conferência e o atesto dos serviços executados não afastam a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, falhas ou irregularidades que venham a ser constatados posteriormente.

16.9. Verificada qualquer irregularidade na execução contratual, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e adotar as providências cabíveis, inclusive notificação da CONTRATADA para saneamento, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato e na legislação aplicável.

16.10. As comunicações entre a CONTRATADA, a fiscalização e a gestão do contrato deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, devendo todas as ocorrências relevantes ser formalmente registradas nos autos do processo administrativo correspondente.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. O(s) contrato(s) terá(ão) vigência de 12 (doze) meses, conforme previsto no estudo técnico preliminar, onde poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme art. 107 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18. DA ALTERAÇÃO DO(S) CONTRATO(S) E DO(S) PREÇO(S)

18.1. O(s) contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), com as devidas justificativas, conforme situações descritas no Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Do Reajuste de Preços: Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data da apresentação da proposta, com base em índice setorial específico ou índice geral previamente definido no edital, a ser aplicado conforme a legislação vigente. O índice a ser adotado para fins de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que melhor reflita a variação dos custos do setor, conforme estabelecido no edital.

18.3. Da Repactuação: Nos contratos que envolvam a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será permitida a repactuação dos valores contratados com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que:

I – Seja decorrente da variação dos custos dos componentes da mão de obra, em especial quando decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

II – Seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do último acordo, convenção ou sentença normativa que tenha impactado os custos.

A repactuação deverá ser formalmente requerida pela contratada, mediante apresentação de planilhas atualizadas e comprovações das alterações nos custos.

18.4. Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser revisto para mais ou para menos, nas seguintes hipóteses:

I – Caso ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições de execução do contrato;

II – Em razão de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem ou onerem excessivamente a execução contratual;

III – Por ato ou omissão da Administração Pública, que gere impacto econômico-financeiro no contrato.

18.5. A solicitação de reequilíbrio deverá ser formalizada pela parte interessada, devidamente motivada e acompanhada de documentos comprobatórios do impacto financeiro decorrente do fato ocorrido.

19. DAS SANÇÕES

19.1. Serão aplicadas ao responsável por infração(ões) administrativa(s) prevista(s) no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

19.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

19.3.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

19.3.3. Multa compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

19.3.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

19.3.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até três anos;

19.3.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.4. A Sanção de impedimento de licitar e contratar também poderá ser aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa, de acordo com parágrafo 4º do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

19.5. A Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública também poderá ser aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa, de acordo com parágrafo 5º do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

20. DO ORÇAMENTO

20.1. Dotação orçamentária: 2026;

20.2. Projeto/Atividade: 2.157– Operacionalização dos serviços de recolhimento de resíduos;

18.3. Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas;

20.4. Subelemento: 3.3.90.39.78 – Limpeza e Conservação;

20.5. Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de impostos/CFEM.

Elaborado por:

Paragominas, 01 de abril de 2026.

Emerson Vasco Barros da Cunha
Engenheiro Ambiental
CREA 1515634841

De acordo com as cláusulas apresentadas:

JOELSON ALMEIDA RIBEIRO
Secretário Municipal de Urbanismo
Prefeitura Municipal de Paragominas

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00016 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.918/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/XXX,

QUE FAZEM ENTRE SI O (A)
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMDES) E A
EMPRESA (NOME DO
CONTRATADO)

O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, através da Prefeitura Municipal, com sede no(a) --, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o --, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a) --, Matrícula Funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 5.918/2026 e em observância às disposições da Lei Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2026-00016**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente instrumento é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DOS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E PÚBLICOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS/PA**", conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 Este processo estar fundamentado no inciso XIII do art. 6º, art. 28 inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

3.1 O prazo de vigência do Contrato será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 10.11.7 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR:

5.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO:

6.1 DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

6.1.1 A unidade de medição dos serviços será “massa de resíduos coletados e transportados” (expressa em toneladas), com valor unitário em R\$/tonelada, desde que atendidas as demais disposições legais e regulamentadoras.

6.1.2 No valor da tonelada de resíduos coletados deverão incidir todos os custos diretos, indiretos e os investimentos necessários à execução do objeto do contrato

6.1.3 O valor das medições será obtido mediante às quantidades efetivamente executadas pela CONTRATADA e aprovadas pelo CONTRATANTE.

6.1.4 As quantidades efetivamente executadas serão medidas conforme critério de medição estabelecido no presente documento e contrato.

6.1.5 Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais.

6.1.6 As medições dos serviços prestados abrangerão o período de um mês, iniciando no dia primeiro e encerrando-se no último dia, exceto a primeira e última que poderão ser fracionadas em virtude do início e término do Contrato.

6.1.7 Os motoristas da CONTRATADA ficam obrigados a informar ao operador da balança rodoviária de pesagem o setor de coleta, assinar os tickets de pesagem após a descarga dos

veículos, bem como retirar a via do controle de pesagem pertencente à CONTRATADA, os quais servirão de base para o cálculo da medição mensal do serviço.

6.1.8 A CONTRATADA enviará mensalmente ao CONTRATANTE, requerimento em modelo apropriado, onde constem os quantitativos dos serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pela equipe técnica do CONTRATANTE, para fins de pagamento.

6.1.9 Caberá ao CONTRATANTE, a seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do contrato.

6.1.10 Depois de conferida e aprovada a medição e recebida toda a documentação necessária, o CONTRATANTE, através da SEMUR, providenciará o envio das Notas Fiscais e Boletim de Medições para o devido pagamento.

6.1.11 O pagamento será realizado conforme a medição dos serviços, efetuado por meio de Ordem Bancária, conforme boletim de medição, mediante depósito em conta-corrente no nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicados por ele, de acordo com o Capítulo X da Lei nº 14.133/2021.

6.1.12 A nota fiscal deverá referir-se a produtos de uma única Nota de Empenho; no caso de o fornecimento abranger produtos de mais de uma Nota de Empenho, deverão ser emitidas tantas notas fiscais quantas forem necessárias.

6.1.13 As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a solicitação que deverá ser realizada através de ORDEM DE SERVIÇO expedida pela Secretaria solicitante com autorização do Prefeito Municipal.

6.1.14 Ficará reservada a contratante de suspender o pagamento, até a regularização da situação se, durante a execução do contrato forem identificadas não conformidades relacionadas às obrigações da contratada.

6.1.15 Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

6.1.16 Quando do pagamento, se for o caso, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.1.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

6.1.18 A contratada deverá apresentar, as certidões que comprove a regularidade das obrigações Fiscais e Trabalhistas (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa De Débito Junto ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Estadual e Certidão Municipal), por ocasião da entrega das Notas Fiscais. A administração poderá ainda solicitar outras certidões que se fizerem necessárias.

6.1.19 O contratado deverá possuir conta bancária corrente junto a qualquer instituição de crédito dentro do país. Não se permitirá, portanto, outra forma de pagamento que não seja a de crédito em conta, o que vem cumprir as normativas do Decreto da Presidência da República 6.170 de 25 de julho de 2007.

6.1.20 Segue abaixo os critérios e metodologias para serem utilizadas em caso de impossibilidade de utilização de equipamentos de pesagem em unidades da SEMUR.

6.1.21 Em caso de impedimentos temporários na operação do sistema de pesagem da ETLP, devido à falta de energia elétrica, manutenções, etc., o cálculo da massa de resíduos coletada, será realizado por meio de critérios preestabelecidos para este fim, conforme Metodologia para o Cálculo de Massa de Resíduos Sólidos descrita a seguir.

6.1.22 Esses critérios e metodologias já foram abordados, discutidos e adotados desde o início da década de 90, tendo como marco inicial a implantação do primeiro sistema de pesagem informatizado no Aterro Sanitário Zona Norte, sendo sua primeira versão escrita em outubro de 1999.

6.1.23 Os critérios e metodologias estabelecidos a seguir podem ser aplicados nos Aterros Sanitários, Aterros de Entulhos, Centrais de Beneficiamento de Resíduos Arbóreos, Aterros Metropolitanos, Unidades de Triagem e Compostagem e Estações de Transbordo que possuam um setor de pesagem próprio ou em conjunto com uma ou mais unidades.

6.1.24 DEFINIÇÕES:

- a) **Dia:** É considerado como dia, para efeitos de entrada de resíduos, o período que se inicia com a abertura dos registros para novas descargas no local de recebimento de resíduos, e se encerra com a entrada do último veículo coletor de zona de coleta do mesmo dia de referência já iniciado, que pode ocorrer na madrugada do dia seguinte.
- b) **Tipo de Coleta:** Campo de preenchimento obrigatório no Sistema de Pesagem da SEMUR. Descreve a empresa ou a categoria do veículo em descarga.
- c) **Média por viagem:** Razão entre a massa total pesada do dia (kg) e o respectivo número de viagens (calculada para cada tipo de coleta separadamente).
- d) **Média do dia:** Razão entre o somatório da massa total (kg) dos 4 (quatro) últimos

mesmos dias da semana, exceto feriados, dividido por 4 (quatro), calculada para cada tipo de coleta separadamente. Ex.: Para uma sexta-feira, consideram-se as quatro últimas sextas-feiras anteriores.

6.1.25 APLICAÇÃO:

- a) **Até 1/3 (um terço) de todas as viagens do dia não registradas:** Será usada, para o cálculo das massas das viagens não pesadas, a média por viagem para cada tipo de coleta, tanto em dias úteis quanto em feriados. Caso não exista descarga(s) de um tipo de coleta no dia de interrupção da pesagem, será retornado ao dia imediatamente anterior; em caso de feriado, ao feriado anterior.
- b) **Entre 1/3 (um terço) e a totalidade de todas as viagens do dia, até 10 dias**
- c) **consecutivos de viagens, não registradas dentro do mesmo mês:**
- d) Para dias úteis: será usada, como massa total do dia, a Média do Dia;
- e) Para feriados: será usada, para a obtenção da massa de resíduos coletada e/ou transportada, a mesma massa de resíduos coletada e/ou transportada no feriado imediatamente anterior, desde que tenha incidido no mesmo dia da semana.
- f) **Acima de 10 (dez) dias de viagens não registradas dentro do mesmo mês:** Os casos de aplicação de média deverão ser estudados oportunamente, podendo ou não seguir esta metodologia. Tal decisão deverá levar em consideração, entre outros, fatores como a sazonalidade e a situação atual de distribuição dos resíduos para as unidades de transbordo e destino final.
- g) Todas as médias deverão ser calculadas com base em dias em que, pelo menos, dois terços das descargas tenham sido pesadas.
- h) Os arredondamentos, no cálculo das médias, deverão ser feitos conforme a precisão da ferramenta de cálculo utilizada, devendo ser observado o limite de 1kg (um quilograma) para a apresentação dos resultados.

6.2 LIQUIDAÇÃO:

6.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nossos termos art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;

- b) Data de emissão;
- c) Os dados do contrato do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.2.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstâncias que impeça a liquidação da despesa, esta ficará até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularidade da situação, sem onus ao contratante;

6.2.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhadas da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no Art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.2.5 A administração deverá realizar consulta para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.2.6 Constatando-se a situação de irregularidade, será providenciado sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.2.7 Não havendo regularização ou tendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência do contratado, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual os autos do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Prazo de pagamento.

6.2.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

6.3 PRAZO DE PAGAMENTO:

6.3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.3.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

6.4 FORMA DE PAGAMENTO:

6.4.1 O pagamento será em parcela única. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.4.6 A administração fará avaliação da execução do objeto.

6.4.7 Será indicada a retenção no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.

6.4.8 O pagamento se dará por meio de depósito em conta corrente declarada pela contratada:

6.4.9 O item uma vez entregue e aceito, será pago, apresentando a CONTRATADA a respectiva nota fiscal, constando o nome do banco, agência, número da conta e da nota de empenho.

6.4.10 Havendo erro na nota fiscal ou outra circunstância que desaprove a quitação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento suspenso até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a CONTRATANTE.

6.5 DA ALTERAÇÃO DO(S) CONTRATO(S) E DO(S) PREÇO(S):

6.5.1 O(s) contrato(s) poderá(ão) ser alterado(s), com as devidas justificativas, conforme situações descritas no Capítulo VII da Lei nº 14.133/2021.

6.5.2 Do Reajuste de Preços: Os preços contratados poderão ser reajustados anualmente, contado a partir da data da apresentação da proposta, com base em índice setorial específico ou índice geral previamente definido no edital, a ser aplicado conforme a legislação vigente. O índice a ser adotado para fins de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que melhor reflita a variação dos custos do setor, conforme estabelecido no edital.

6.5.3 Da Repactuação: Nos contratos que envolvam a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, será permitida a repactuação dos valores contratados com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que:

I Seja decorrente da variação dos custos dos componentes da mão de obra, em especial quando decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

II Seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses a contar da data do último acordo, convenção ou sentença normativa que tenha impactado os custos.

III A repactuação deverá ser formalmente requerida pela contratada, mediante apresentação de planilhas atualizadas e comprovações das alterações nos custos.

6.5.4 Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro: Nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ser revisto para mais ou para menos, nas seguintes hipóteses:

I Caso ocorram fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que alterem substancialmente as condições de execução do contrato;

II Em razão de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem ou onerem excessivamente a execução contratual;

III Por ato ou omissão da Administração Pública, que gere impacto econômico-financeiro no contrato.

6.5.5 A solicitação de reequilíbrio deverá ser formalizada pela parte interessada, devidamente motivada e acompanhada de documentos comprobatórios do impacto financeiro decorrente do fato ocorrido.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1 Emitir “Ordem de Início dos Serviços” autorizando o início de execução dos Serviços pela contratada;

7.2 Vistoriar a frota de equipamento;

- 7.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos colaboradores da contratada;
- 7.4 Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato.
- 7.5 Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados por meio de Portaria, conforme previsto neste Termo de Referência.
- 7.6 Comunicar oficialmente à contratadas quaisquer falhas verificadas que venham a infringir qualquer cláusula contratual, no que se refere às obrigações previstas neste Termo de Referência.
- 7.7 Reter, por ocasião de cada pagamento, os valores de cada penalidade, caso venham a ser aplicadas.
- 7.8 Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional dos colaboradores da contratada exigidos e relacionados neste Termo de Referência, solicitando à contratada as substituições e os treinamentos que se verificarem necessários.
- 7.9 Acolher para pagamento, mensalmente, as Notas Fiscais, acompanhadas de relatório assinado pelo Fiscal do Contrato, designado por meio de portaria para acompanhar os serviços contratados e pelo representante da empresa contratada, pelo qual fique comprovado que a empresa prestou o serviço em conformidade com as orientações previstas em dispositivos legais e, ainda, sob a orientação da Administração Pública.
- 7.10 Atestar o recebimento do serviço realizado, em conformidade com o que preceituam os Art. 62 a 63 da Lei Nº. 4.320/64.
- 7.11 Rescindir o(s) contrato(s), com as consequências contratuais previstas em Lei, em caso de não cumprimento regular das cláusulas contratuais, conforme previsto no Art. 137 da Lei 14.133/2021 e aplicar as sanções administrativas previstas em Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 8.1 Recrutar, selecionar e encaminhar aos locais e no horário de trabalho determinado pela Secretaria de Urbanismo, os colaboradores e equipamentos necessários e suficientes à realização dos serviços, de acordo com a qualificação mínima exigida para as respectivas funções.
- 8.2 A guarnição deverá apresentar-se uniformizada e asseada, de acordo com as normas de segurança do trabalho pertinentes, inclusive com capas protetoras em dias de chuva, equipamentos de proteção individual etc., se as condições do serviço o exigir.
- 8.3 Fornecer à Secretaria Municipal de Urbanismo a relação nominal dos colaboradores que

atuarão na execução dos serviços, indicando a função.

8.4 Providenciar a substituição de qualquer empregado ou equipamento/veículo considerado inadequado, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, à execução dos serviços contratados, pela unidade fiscalizadora designada para o gerenciamento do contrato em consonância com as exigências contidas neste Termo de Referência.

8.5 Promover treinamento e reciclagem dos empregados sempre que o fiscalizador do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços contratados.

8.6 Desenvolver atividades de educação continuada e aprimoramento profissional de seus colaboradores, de acordo com o determinado pela CONTRATADA, buscando a excelência do serviço a ser prestado.

8.7 Manter os colaboradores devidamente identificados por meio de crachá e uniforme, quando no exercício da profissão.

8.8 Caso a Contratada não tenha instalações no município de Paragominas, após assinatura do Contrato, deverá dispor de um escritório para controle e planejamento das atividades, bem como garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos na via pública, quando fora de serviço, ou mesmo aguardando o início dos trabalhos.

8.9 Responder por quaisquer danos causados diretamente aos usuários e à Administração da Contratante, quando tenham sido causados por seus colaboradores durante o processo de execução dos serviços.

8.10 Solucionar qualquer intercorrência que venha a acontecer por ocasião da execução dos serviços, caso fique caracterizado que tenha sido por culpa e responsabilidade da Contratada.

8.11 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos e incorreções.

8.12 Cuidar para que esse preposto mantenha permanente contato com a Unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas relativas à execução dos serviços prestados pelos seus colaboradores.

8.13 Assumir todas responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do seu preposto.

8.14 Adotar mecanismo de ponto próprio em que os seus colaboradores deverão registrar cada entrada e saída na prestação dos serviços.

8.15 Responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal e equipamento até os locais de execução dos serviços determinados previamente pela Contratante, por meios próprios ou mediante vale transporte, inclusive em situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário.

- 8.16 Fornecer EPI (Equipamento de Proteção Individual) dos seus colaboradores, impondo penalidades àqueles que se negarem a usá-los.
- 8.17 A contratada deverá efetuar lavagem periódica e a manutenção da pintura em perfeito estado dos veículos.
- 8.18 Pagar os salários de seus colaboradores até o quinto dia útil de cada mês, bem como recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo as comprovações respectivas, por ocasião da entrega das Notas Fiscais.
- 8.19 No caso de atraso do pagamento repassado pela contratante a contratada deverá possuir lastro suficiente para manter em dias os salários e encargos trabalhistas dos seus funcionários conforme o item anterior.
- 8.20 Observar o horário de trabalho de seus colaboradores, em conformidade com as Leis trabalhistas.
- 8.21 Manter, durante o período de vigência do contrato a compatibilidade com as obrigações trabalhistas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.
- 8.22 Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus colaboradores não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante.
- 8.23 Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus colaboradores durante a execução do contrato, ainda que acontecido nas Dependências da Contratante.
- 8.24 Responsabilizar-se por todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 8.25 Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e outros de qualquer natureza resultantes do contrato a ser originado deste processo licitatório.
- 8.26 Apresentar plano de contingências para manter a normalidade dos serviços, ininterruptamente mesmo em caso de eventos fortuitos (greve, epidemias, entre outros).
- 8.27 Apresentar, mensalmente, as certidões que comprove a regularidade das obrigações Fiscais e Trabalhistas (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa De Débito Junto ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), por ocasião da entrega das Notas Fiscais. A administração poderá ainda solicitar

outras certidões que se fizerem necessárias.

8.28 Apresentar mensalmente relação nominal de seus funcionários contendo identificação completa (RG, CPF) acompanhado da respectiva folha de pagamento referente ao contrato firmado com esta municipalidade.

8.29 A CONTRATADA deverá contribuir diretamente para a manutenção dos projetos educativos e lúdicos concebidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo de Paragominas e seus parceiros voltados para o atendimento à população.

8.30 A CONTRATADA deverá realizar as campanhas de esclarecimento da população, incluindo a confecção e distribuição de cartilhas educativas acerca de temas socioambientais, devendo seu conteúdo ser previamente aprovado pelo CONTRATANTE.

8.31 Os serviços, objeto deste contrato, não poderão ser subcontratados em nenhuma etapa.

CLÁUSULA NONA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

9.1 DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS:

9.1.1 O serviço de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e públicos) será prestado no território do Município de Paragominas, conforme locais definidos no mapa em anexo, onde estão especificados todos os bairros da área urbana, Distrito Inocência Oliveira e as localidades rurais Vila Km 204, Piriá, Colônia do Uraim, Condômino Rural e Km 15.

9.1.2 Os serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares compreendem o recolhimento regular de todos os resíduos descritos no item 6.2.1 do Termo de Referência, devendo ser executada de forma manual (porta a porta).

9.1.3 Os serviços de coleta de resíduos sólidos públicos compreendem o recolhimento de disposições irregulares de resíduos, coleta de resíduos de unidades administrativas do município e os demais serviços descritos no item 6.2.2 do Termo de Referência, devendo ser executada de forma manual (porta a porta) ou mecanizada (com uso de contêineres), conforme solicitação da CONTRATANTE.

9.1.4 A metodologia de coleta manual é aquela onde os resíduos são depositados em via pública, em qualquer tipo de recipiente, pelos munícipes e carregados no veículo da coleta, manualmente, por funcionários da CONTRATADA.

9.1.5 A metodologia de coleta mecanizada é aquela onde os resíduos são depositados em contêineres instalados nas vias e logradouros públicos municipais, obedecendo ao disposto no Termo de Referência e carregados mecanicamente, por equipamento instalado nos veículos da CONTRATADA.

9.1.6 Nos casos em que não haja a possibilidade de acesso ao veículo coletor, o

recolhimento deverá ser realizado sob a melhor técnica disponível apresentada pela CONTRATADA e aprovada pela CONTRATANTE.

9.1.7 A metodologia utilizada será a mesma da coleta em áreas de acesso regular, resguardadas as peculiaridades inerentes as localidades.

9.1.8 FREQUÊNCIA DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

9.1.8.1 A coleta de resíduos sólidos na área urbana deverá ser executada de acordo com as três modalidades de frequência definidas a seguir que serão adotadas conforme a região da cidade:

- Diária: Os serviços serão executados diariamente, de segunda a sábado;
- Alternada par: Os serviços serão executados nas segundas, quartas e sextas;
- Alternada ímpar: Os serviços serão executados nas terças, quintas e aos sábados.

9.1.8.2 A definição de quais áreas receberão coleta na modalidade “alternada par” ou “alternada ímpar” serão definidas pela contratada.

9.1.8.3 As coletas realizadas no Centro Urbano e Comercial de Paragominas deverão ser obrigatoriamente realizadas com frequência diária, no período noturno de segunda a sábado, e aos domingos no período diurno a partir das 7 horas.

9.1.8.4 Deverá ter uma rota especial exclusiva para os domingos e feriados que compreenderá o Centro Comercial de Paragominas (Módulo I), Área do Mercado Municipal, Praça Célio Miranda, Praça Cleodoval Jose Moura Gonçalves, Lago Verde, Parque Ambiental, Av. Presidente Vargas, Av. Tamandaré, bem como as Avenidas Clementino Gualberto, Av. Prof. Manoel Pereira da Silva e Av. Mariza Rocha Coelho Fernandes localizadas no Bairro Tropical,

9.1.8.5 As áreas em que a coleta deverá obrigatoriamente ser diária estão descritas na tabela abaixo:

Bairro ou Rua	Delimitação
Centro Urbano e Comercial (incluso os domingos)	Modulo I - 100% da área; Jardim Nossa Sr ^a da Conceição - (Entre a Avenida Terezinha e Rua São Luiz / Entre a Rua São José e Rua P. Socorro)
Loteamento Uraim I	100% da área
Loteamento Promissão I	100% da área
Rua Vinicius de Moraes	100% do logradouro

Rua Barão de Araruna	100% do logradouro
Av. Professor Manoel Pereira da Silva (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Clementino Gualberto (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Mariza Rocha Coelho (incluso os domingos)	100% do logradouro
Avenida Noemio Dias de Oliveira (Rua São Luiz)	Entre a Rodovia Bernardo Sayão e a Rua Manoel Pereira dos Santos (Bairro Nagibão)
Avenida Presidente Vargas (incluso os domingos)	100% do logradouro
Av. Tamandaré (incluso os domingos)	100% do logradouro
PA 256	Do Terminal Rodoviário Therezinha Scaramussa até o início da Av. Presidente Vargas
PA 256	Entre os Km 11 e Km 12
Rua Florianópolis => Rua São Francisco	Entre a Rua Recife e a Av. Magalhães Almeida (Loteamentos Jardim Bela Vista e Jardim Atlântico)
Av. Airton Senna	Entre a Av. Rainha da Paz e a Rodovia dos Pioneiros (Bairro Jaderlândia)

9.1.8.6 Haverá 3 (três) turnos de coleta urbana, conforme a região da cidade. Abaixo, estão definidos os horários de trabalho para cada turno:

- Diurno matutino: Das 07 horas as 11 horas;
- Diurno vespertino: Das 13 horas as 17 horas;
- Noturno: Das 18 horas as 23 horas.

9.1.8.7 O horário de início da coleta é considerado como o horário em que as equipes de coleta iniciam a execução do recolhimento dos resíduos nos seus respectivos setores de coleta.

9.1.8.8 A coleta de resíduos públicos, descrito no item 6.2.2 do Termo de Referência, deverá ser feita de acordo com programações de serviços determinadas pela SEMUR.

9.1.8.9 O serviço de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares não poderá haver interrupção por mais de 48 (quarenta e oito) horas, ficando a Contratada obrigada a efetuar a coleta quando isto ocorrer, com exceção aos períodos de feriados (nacionais, estaduais e

municipais).

9.1.8.10 Os locais da rota especial descrita no item 9.1.8.4 deverá ocorrer todos os dias, sem exceção.

9.1.8.11 O plano e os horários estabelecidos, aprovados pelo CONTRATANTE, deverão ser rigorosamente cumpridos.

9.1.8.12 Fica expressamente vedada qualquer alteração do Plano de Coleta pela CONTRATADA sem a expressa aceitação do CONTRATANTE.

9.1.8.13 A não observância do disposto no caput desta cláusula incorrerá o infrator às penalidades legais e contratuais cabíveis.

9.1.9 DOS EQUIPAMENTOS:

9.1.9.1 Segue abaixo a relação de equipamentos

Veículo/equipamento	Efetivo	Reserva técnica
Caminhão equipado com coletor compactador com capacidade mínima para 12m ³ de resíduos compactados e dispositivo para basculamento de contêiner	8	1
Caminhão basculante 6x4 com capacidade mínima para 12m ³	1	-
Contêiner de PEAD, com tampa, com capacidade de 1.000L (um mil litros)	10	-

9.1.10 DO TOTAL DE ROTAS E EQUIPES:

9.1.10.1 Segue abaixo relação de rotas e equipes:

Veículo/equipamento	Turno diurno	Turno noturno
Coletor compactador Setores urbanos	8	2
Caminhão basculante Setor rural	1	0

9.1.10.2 As equipes diurnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 2 (dois) coletores

para cada veículo, e as equipes noturnas deverão ser compostas por 1 (um) motorista e 3 (três) coletores para cada veículo, com um encarregado para cada turno de trabalho.

9.1.10.3 Os quantitativos apresentados são uma sugestão de equipe mínima necessária de equipamentos e mão de obra necessários para melhor atender os serviços, conforme Estudo Técnico Preliminar.

9.1.11 RECURSOS HUMANOS

9.1.11.1 Para a execução integral dos serviços de coleta de resíduos sólidos (domiciliares e públicos), a Contratada deverá dispor de todo o pessoal necessário ao bom andamento das atividades relacionadas aos serviços. Para tanto deverá estar previsto, no mínimo, os recursos humanos constantes a seguir:

Cargo/Função	Rota Urbana Diurno	Rota Urbana noturno	Rota Rural	Total
Coletor	16	6	2	24
Motorista	8	2	1	11
Supervisor	1	1	*	2
Total de colaboradores envolvidos diretamente no serviço				37

* O supervisor diurno da zona urbana será o responsável pela supervisão nos pontos de coleta na zona rural.

9.1.11.2 Os efetivos definidos no item 9.1.11 representam o quantitativo mínimo sugerido, por cargo/função, que a Contratada deverá dispor diariamente para operacionalização dos serviços. Não está expresso nesta tabela o efetivo reserva necessário à substituição de funcionários que se ausentarem ao serviço por qualquer motivo, seja por férias, afastamentos legais, ou ainda por faltas injustificadas.

9.1.11.3 As atividades de coleta de resíduos domiciliares aos domingos poderão ser realizadas pelas equipes que prestam serviço nos turnos regulares, na forma de rodízio, conforme escala a ser definida pela Contratada.

9.1.11.4 Caberá à Contratada, de acordo com sua política de recursos humanos e considerando as características regionais de disponibilidade de mão-de-obra, definir o número de funcionários a serem contratados para garantir o efetivo mínimo exigido para a execução dos serviços.

9.1.11.5 Os supervisores serão os responsáveis por atender à Fiscalização da SEMUR para prestar informações sobre o andamento dos serviços e para o recebimento e encaminhamento

de solicitações e reclamações.

9.1.11.6 O Responsável Técnico deverá ser o responsável por todas as atividades executadas pela Contratada, no que diz respeito aos serviços prestados para a SEMUR, devendo este recolher a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA/PA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do estado do Pará e assinar os Boletins de medição da Contratada.

9.1.11.7 Todo pessoal envolvido na operação, especialmente as atividades diretas tais como: Coletores, Motoristas, Supervisores e Responsável Técnico deverão ser do quadro funcional da empresa contratada, sendo vedada a subcontratação.

9.1.11.8 A Contratada deverá operar como empregadora autônoma responsável pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais resultantes da execução do Contrato. Seus empregados não terão qualquer vínculo empregatício com a SEMUR.

9.1.12 UNIFORMES E EPI'S

9.1.12.1 A Contratada deverá fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, os uniformes e EPI's, atendendo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho e demais elementos técnicos necessários exigidos por lei.

9.1.12.2 As peças deverão ser repostas gratuitamente pela Contratada, sempre que se apresentarem desgastadas, destruídas ou impróprias para a sua finalidade. A Fiscalização da SEMUR poderá determinar a substituição dos uniformes e equipamentos.

9.1.12.3 Os custos relacionados aos uniformes e EPI'S poderão estar especificados no grupo E dos encargos sociais.

9.1.12.4 Os equipamentos de proteção individual deverão ter certificado de aprovação do Ministério do Trabalho/INMETRO.

9.1.13 REQUISITOS DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

9.1.13.1 Caminhão equipado com coletor compactador:

- a) Durante o transcorrer do contrato, em qualquer condição, será exigido que a idade máxima dos veículos e dos equipamentos não seja superior a 10 (dez) anos;
- b) Todos os equipamentos instalados sobre os veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos deverão ser pintados em cor padronizada;
- c) Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, todos os veículos deverão possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;
- d) Todos os veículos e equipamentos, deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais,

o seguinte leiteiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.

- e) Todos os veículos deverão ter pintados ou adesivados, em suas laterais, seus respectivos prefixos;
- f) Não será admitido a veiculação de qualquer propaganda, ou leiteiro, com identificação da Contratada no chassi ou no equipamento, sem a devida anuência e autorização por parte da SEMUR;
- g) Os veículos ou equipamentos de coleta deverão possuir suportes para carregar 03 (três) vassouras e 03 (três) pás para auxiliar no desenvolvimento dos serviços;
- h) Em todos equipamentos e/ou veículos, utilizados na coleta, deverão ser instaladas luzes de advertência, na cor âmbar, do tipo sinalizador visual rotativo (*giroflex* ou similar);
- i) Todos veículos deverão ser equipados com sinalização sonora para marcha à ré e, para o caso dos veículos equipados com coletores compactadores, lanternas de sinalização traseiras elevadas;
- j) Na cabine dos veículos dotados de equipamentos com compactadores de resíduos deverá ser instalada campainha, com acionamento pela traseira do equipamento, com o propósito de permitir que os Coletores da equipe de trabalho solicitem a parada imediata do veículo, sem que haja a necessidade do comando verbal;
- k) Os equipamentos compactadores deverão ter suas características em conformidade com o que dispõe a Norma Regulamentadora - NR 12 -Segurança do Trabalho em Máquinas e Equipamentos, da Portaria n.º 3.214 de 08 de junho de 1978;
- l) Todos os veículos (caminhões e automóveis) deverão portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;
- m) Todos os veículos deverão atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;
- n) Todos os veículos deverão ser providos de garrafas térmicas com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n° 24 da portaria n° 3.214 do Ministério do Trabalho;
- o) Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);
- p) Na boca de carga deverá ser instalada iluminação que possibilite a visualização noturna deste compartimento, de forma a minimizar o risco de acidentes com os Coletores;

- q) O equipamento de compactação deverá permitir que o volume dos resíduos possa ser reduzido para, no mínimo, 1/3 (um terço) do seu volume antes do recolhimento;
- r) O sistema de compactação deverá ser hidráulico, com placas e prensas acionadas pela traseira do equipamento;
- s) O compartimento de carga deverá ser estanque, de forma a evitar o vazamento de líquidos e ter compartimento ou suporte para a guarda de pás e vassouras;
- t) O equipamento de carga deve ser dotado de dispositivos que minimizem ruídos no momento da compactação de resíduos;
- u) Conforme declarado vencedor e após solicitação da Prefeitura Municipal de Paragominas, a empresa terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos para apresentar os equipamentos a Secretaria Municipal de Trânsito de Paragominas - SEMUTRAN para vistoria técnica.

9.1.14 CAMINHÃO BASCULANTE

9.1.14.1 Os equipamentos deverão ter capacidade para, no mínimo, 12m³ (doze metros cúbicos);

9.1.14.2 Caminhão 6x4 com potência mínima de 240 CV;

9.1.14.3 Idade máxima durante o contrato deverá ser de 10 anos.

9.1.14.4 Com vistas a minimizar o desgaste das equipes, o veículo deverá possuir ar condicionado, devendo tais equipamentos estar em perfeitas condições de funcionamento durante o transcorrer do Contrato;

9.1.14.5 O veículo deverá ser pintado ou adesivado em suas laterais com o seguinte letreiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR;

9.1.14.6 O veículo deverá portar no mínimo dois cones de sinalização viária, de acordo com a NBR 15.071 - Cones para Sinalização Viária;

9.1.14.7 O veículo deverá atender ao Código de Trânsito Brasileiro - CTB, Lei 9.503/97 e suas Resoluções, especialmente nos itens relativos a equipamentos de segurança e sinalização;

9.1.14.8 O veículo deverá ser provido de garrafa térmica com capacidade de 5L (cinco litros), com vistas ao armazenamento de água fresca e potável, para uso dos trabalhadores da equipe de coleta. Esta exigência visa ao atendimento da Norma Regulamentadora n° 24 da portaria n° 3.214 do Ministério do Trabalho;

9.1.14.9 Idade máxima do equipamento durante o contrato deverá ser de 10 anos.

9.1.15 CONTÊINER DE POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE

9.1.15.1 Os contêineres de PEAD deverão ter capacidade volumétrica de 1.000L (um mil litros);

9.1.15.2 Os contêineres deverão ser novos (sem uso anterior), compatíveis com o equipamento de içamento adotado;

9.1.15.3 Deverão ser confeccionados em conformidade com Norma Brasileira, NBR 15.911/2010;

9.1.15.4 Os contêineres deverão ser pintados ou adesivados em suas laterais com o seguinte

leiteiro: “A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO” Os adesivos deverão ser repostos ou substituídos sempre que necessário, conforme recomendações da SEMUR.

9.1.16 SISTEMA DE MONITORAMENTO

9.1.16.1 Todos os procedimentos de coleta deverão ser gerenciados pelo SEMUR e pela Contratada, através de *softwares* ou *webpage* específicos de monitoramento de frota.

9.1.16.2 Em todos os veículos coletores (compactadores e caçambas) deverão ser instalados dispositivos que transmitam os dados de operação para que permitam a obtenção de, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Localização georreferenciada, em tempo real e histórica, expressa em mapa viário, da posição de cada veículo, com indicação do seu respectivo setor de coleta, quando for o caso de veículos em atividades de coleta domiciliar;
- b) Velocidades instantâneas dos veículos;
- c) Tempo de parada (quando a velocidade for 0km/h);
- d) Possibilidade de consulta de mais de um veículo simultaneamente em janelas independentes;
- e) Indicação do *status* de cada veículo (parado, em coleta, em deslocamento, em descarga, etc.).

9.1.17 ESPECIFICAÇÃO DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PARA SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES.

9.1.17.1 A coleta regular de resíduos sólidos domiciliares será realizada nas áreas descritas no Item 9.1.1 e **mapa em anexo ao Edital** do território de Paragominas, com a utilização de caminhões dotados de equipamentos coletores compactadores de resíduos com capacidade mínima de 12 m³ (doze metros cúbicos).

9.1.17.2 Em todos os domicílios localizados em áreas onde não haja a possibilidade de acesso para qualquer tipo de veículo coletor, os resíduos deverão ser recolhidos e

transportados manualmente, pelos coletores da equipe de coleta, até o caminhão.

9.1.17.3 Os setores de coleta deverão ser executados obedecendo aos respectivos roteiros planejados, adequados ao sistema viário e à legislação de trânsito, de forma a conferir uma constância de horários de atendimento em cada domicílio.

9.1.17.4 A impossibilidade de cumprimento dos roteiros definidos, seja por obras nas vias públicas, alterações no trânsito, ou qualquer outra razão, deverá ser comunicada imediatamente à Fiscalização da SEMUR, de forma que esta Fiscalização possa orientar a Contratada quanto a alternativa a ser seguida.

9.1.17.5 Em qualquer circunstância deverá ser assegurada a coleta dos resíduos sólidos em todos os imóveis do setor.

9.1.17.6 Na execução dos serviços de coleta, os veículos coletores deverão deslocar-se nos setores de coleta em velocidade reduzida, realizando paradas, sempre que necessário, de modo a evitar “correrias” que possam prejudicar a qualidade do serviço e a segurança da equipe e de terceiros.

9.1.17.7 Os veículos em operação de coleta, durante o dia, deverão transitar com os faróis acessos e sinalização de alerta ligados. Durante a noite também deverá ser ligado o sinalizador visual rotativo.

9.1.17.8 Sempre que possível, o motorista do veículo coletor deverá permitir o livre trânsito dos demais veículos nas vias públicas.

9.1.17.9 O roteiro deverá ser executado pelo veículo coletor dentro do horário estabelecido para o turno, completando quantas cargas forem necessárias para a coleta de todo o resíduo disposto no setor.

9.1.17.10 Nas vias de grande fluxo de veículos, ou com canteiros centrais, a coleta deverá ser efetuada com a passagem do veículo coletor em cada lado da via, de forma a evitar a travessia pelos Coletores a todo o momento.

9.1.17.11 Deverão ser recolhidos todos os resíduos sólidos que estejam dispostos para a coleta, dentro da região de abrangência definida no **item 9.1.1** deste Contrato, e atendendo as seguintes condições:

- Dispostos no passeio público fronteiro ao imóvel gerador;
- Dispostos na área de recuo para ajardinamento dos imóveis, desde que o acesso até os resíduos esteja seguro e desobstruído;
- Dispostos em cestos ou contêineres abertos e ventilados, localizados em qualquer um dos locais citados anteriormente;
- Acondicionados em sacos plásticos;

- Acondicionados em recipientes com capacidade máxima de 100L (cem litros);
- Resíduos soltos que tenham sido depositados no passeio público pela ação de catadores ou de animais sobre o material disposto para a coleta;
- Disposições irregulares de resíduos sólidos nas vias públicas;
- Os resíduos que eventualmente venham a cair dos sacos plásticos ou recipientes, durante a execução do serviço, deverão ser recolhidos imediatamente.
- Caberá a CONTRATADA a limpeza do local de coleta e circunvizinhança, de modo a retirar todos os resíduos, objeto deste Termo de Referência, dispostos fora da lixeira.

9.1.17.12 Nos casos em que os usuários do serviço dispõem seus resíduos para coleta domiciliar em recipientes próprios, deverá a Contratada tomar todo o cuidado necessário a não danificar estes recipientes, colocando-os no local de origem após o seu esvaziamento no caminhão coletor.

9.1.17.13 Após a lotação da capacidade de carga do veículo coletor, será procedido o seu deslocamento para o local de descarga. Não será permitido que os coletores permaneçam nos setores de coleta durante os deslocamentos do veículo coletor para a operação de descarga.

9.1.17.14 Se, por qualquer motivo, a coleta do setor tiver sido interrompida, as equipes deverão reiniciá-la no exato ponto onde houve a interrupção.

9.1.17.15 Os resíduos deverão ser recolhidos diretamente do seu local de disposição para o interior do compartimento de carga do veículo. É vedado o amontoamento de resíduos de diversos imóveis em único ponto, para posterior carregamento.

9.1.17.16 Nos deslocamentos dos veículos coletores fora das suas respectivas zonas de coleta, os coletores deverão permanecer nas cabines, sendo vedado o transporte de funcionários nos estribos das carrocerias.

9.1.17.17 Não será permitido que o número de passageiros transportados nas cabines dos caminhões seja superior à capacidade legal dos mesmos.

9.1.17.18 Se a Contratada optar por utilizar, nos serviços de coleta domiciliar, veículos com capacidade de transporte de passageiros inferior ao tamanho da equipe definida neste Termo de Referência, deverá dispor de outros meios de transporte para o deslocamento de seus coletores nos trajetos fora dos setores de coleta.

9.1.17.19 Em qualquer atividade de recolhimento de resíduos deverão ser tomados todos os cuidados, tanto no carregamento, como no transporte, de forma evitar que caiam ou fiquem detritos nas vias públicas.

9.1.17.20 Os locais de disposição da produção dos serviços de limpeza urbana e de focos de lixo deverão ser limpos pelas equipes após a realização da coleta. Para esta atividade todas as

equipes de coleta deverão portar pás e vassouras, por conta da Contratada.

9.1.17.21 O recolhimento de animais mortos de pequeno e médio porte nos logradouros públicos deverá ser executado prioritariamente à coleta dos demais resíduos públicos, por solicitação da SEMUR, em qualquer horário em que houver equipes de coleta de resíduos públicos em serviço.

9.1.17.22 A Contratada deverá dispor de 10 (dez) contêineres de PEAD de 1000 L (mil litros) para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, conforme solicitação da SEMUR.

9.1.17.23 Enquanto não estiverem disponibilizados para colocação de resíduos gerados em eventos realizados em logradouros públicos, os contêineres deverão ficar dispostos no Aterro Controlado Municipal, a serviço da SEMUR.

9.1.17.24 Serão de responsabilidade da Contratada as seguintes operações: distribuição dos contêineres antes do evento, coleta dos resíduos após a realização do evento e a retirada dos contêineres.

9.1.17.25 A Contratada deverá efetuar a manutenção e higienização dos contêineres e equipamentos durante o período de vigência do contrato, mantendo-os sempre em condições de utilização e apresentação.

9.1.17.26 Os contêineres danificados, que não tenham mais condições de serem reformados, deverão ser substituídos, conforme solicitação da SEMUR.

9.1.18 DESTINO DOS RESÍDUOS COLETADOS

9.1.18.1 O local de descarga dos resíduos recolhidos é o Aterro Controlado Municipal, situado na Rodovia Clodomiro Bicalho, s/n, Bairro Industrial, ou local outro indicado pelo CONTRATANTE.

9.1.18.2 Com o veículo à plena carga, ou quando concluído o roteiro de coleta, deverá ser procedido o seu deslocamento até o Aterro Controlado Municipal, para efetuar a descarga dos resíduos coletados.

9.1.18.3 Ao chegar no Aterro Controlado Municipal, o motorista deverá seguir os procedimentos locais, incluindo a pesagem do veículo na entrada (peso bruto), a descarga dos resíduos e a pesagem na saída (peso tara). A aproximação e o afastamento do veículo coletor à balança deverão ser feitos vagarosamente, sem freadas ou arrancadas bruscas, com a finalidade de não danificar o equipamento.

9.1.18.4 Para acessar os locais de descarga todos os funcionários da Contratada deverão estar devidamente identificados, com o uniforme da empresa e utilizando os respectivos Equipamentos de Proteção Individuais - EPI's.

9.1.18.5 Os motoristas deverão deslocar seus veículos, nas proximidades dos locais de descarga, com velocidade máxima de 10km/h (dez quilômetros por hora), observado o limite de velocidade permitido para o local.

9.1.18.6 Após a pesagem, os motoristas dos veículos serão orientados, por funcionários da SEMUR, quanto ao ponto exato de descarga.

9.1.18.7 Os líquidos, armazenados no compartimento de carga dos veículos coletores, deverão ser descarregados no mesmo local onde será efetuada a descarga dos resíduos, devendo ser respeitadas as orientações dos funcionários deste local.

9.1.18.8 Não será permitido que os veículos coletores se desloquem para a sede da Contratada com resíduos em seus compartimentos de carga, salvo se for por problemas mecânicos que impossibilitem ou tornem perigoso o seu deslocamento para o local de descarga.

9.1.18.9 No mesmo endereço do Aterro Controlado Municipal está localizada a Unidade de Triagem do Projeto COOPECAMARI, para a qual serão destinadas algumas cargas dos serviços de coleta domiciliar. Neste caso haverá a devida notificação do servidor da SEMUR ao motorista da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por titular especialmente designado por meio de portaria pelo Administrador da Secretária interessada na prestação dos serviços, visando o atendimento das normas, especificações, instruções estabelecidas e o cumprimento de todas condicionantes constantes deste Termo de Referência, bem como as determinações contidas nas Leis, Portarias e Resoluções a ele vinculadas.

10.2 A CONTRATADA por todos os meios ao seu alcance deverá facilitar a ampla ação FISCALIZAÇÃO, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

10.3 A atuação ou a eventual omissão da FISCALIZAÇÃO durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA das responsabilidades pela execução dos serviços.

10.4 Fiscalização tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

10.4.1 Solucionar as dúvidas e as questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como às interferências e interfaces dos trabalhos da CONTRATADA com as atividades de outras empresas, profissionais e ou pessoas;

- 10.4.2 Solicitar a substituição de uniformes, equipamentos ou quaisquer outros insumos danificados, defeituosos, inadequados ou inaplicáveis ao serviço;
- 10.4.3 Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela CONTRATADA;
- 10.4.4 Aprovar os relatórios de execução dos serviços, elaborados em conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 10.5 A contratada deverá submeter seus veículos utilizados no transporte à vistoria sempre que a fiscalização exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

- 11.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 11.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 11.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;
- 11.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 11.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 11.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.7 Ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;
- 11.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- 11.1.9 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 11.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Parágrafo único: Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 11.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.1.13 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.1.14 Advertência pela falta do subitem 12.1.1 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.15 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do (s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.4 a 11.1.6 e 11.1.8 a 12.1.12;

11.1.16 Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 12.1.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

11.1.17 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 11.1.3 (inexecução total do contrato).

11.1.18 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 e 11.1.7 deste contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.1.19 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.1.20 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.1.21 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.1.22 As peculiaridades do caso concreto;

11.1.23 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.1.24 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.1.25 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.1.26 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença sera cobrada judicialmente.

11.1.27 A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.1.28 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.1.29 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.1.30 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal adotado por este Regional.

11.1.31 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.1.32 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.1.33 Resta afastada qualquer sanção administrativa em caso de eventual atraso, bem como inexecução parcial ou total decorrentes das situações originadas de caso fortuito, força maior, fato ou ato de terceiro, desde que comprovados, devido à imprevisibilidade e inevitabilidade que as revestem, impossibilitando a regular execução do objeto.

11.1.34 As sanções estabelecidas neste contrato não excluem outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da contratada por perdas e danos que der causa pela prática de irregularidades. As sanções estabelecidas neste contrato não impedem a anulação/revogação da licitação ou a rescisão do contrato, a critério exclusivo da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 O contrato se extingue quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

12.3.1 Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

12.3.2 Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3 Indenizações e multas.

12.9 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (caput do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1 Dotação orçamentária: 2026;

13.2 Projeto/Atividade: 2.157– Operacionalização dos serviços de recolhimento de resíduos;

13.3 Classificação Econômica: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas;

13.4 Subelemento: 3.3.90.39.78 – Limpeza e Conservação;

13.5 Fonte de Recurso: Recursos não vinculados de impostos/CFEM.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS:

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990, Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES:

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO:

16.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como disponibilizar este Termo de Contrato no sítio oficial do(a) Fundo Municipal de Saúde na rede mundial de computadores (internet), em atenção ao §2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, c/c o inciso V do §3º do art. 7º do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Paragominas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

Paragominas/PA, XX (dia) de XXX (mês) de 20XX (ano).

Representante legal do CONTRATANTE

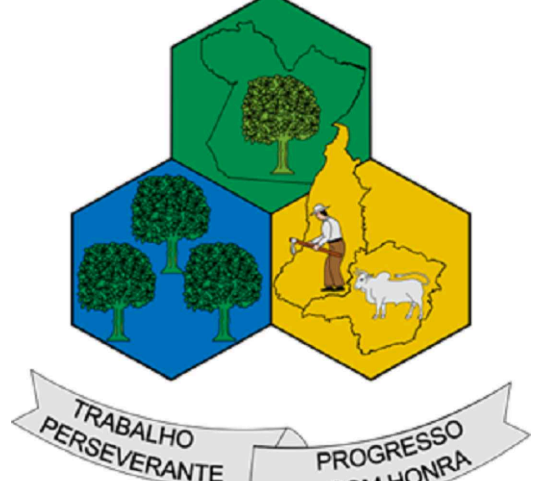
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____





NÚCLEO URBANO DE PARAGOMINAS

LIMITE TERRITORIAL URBANO

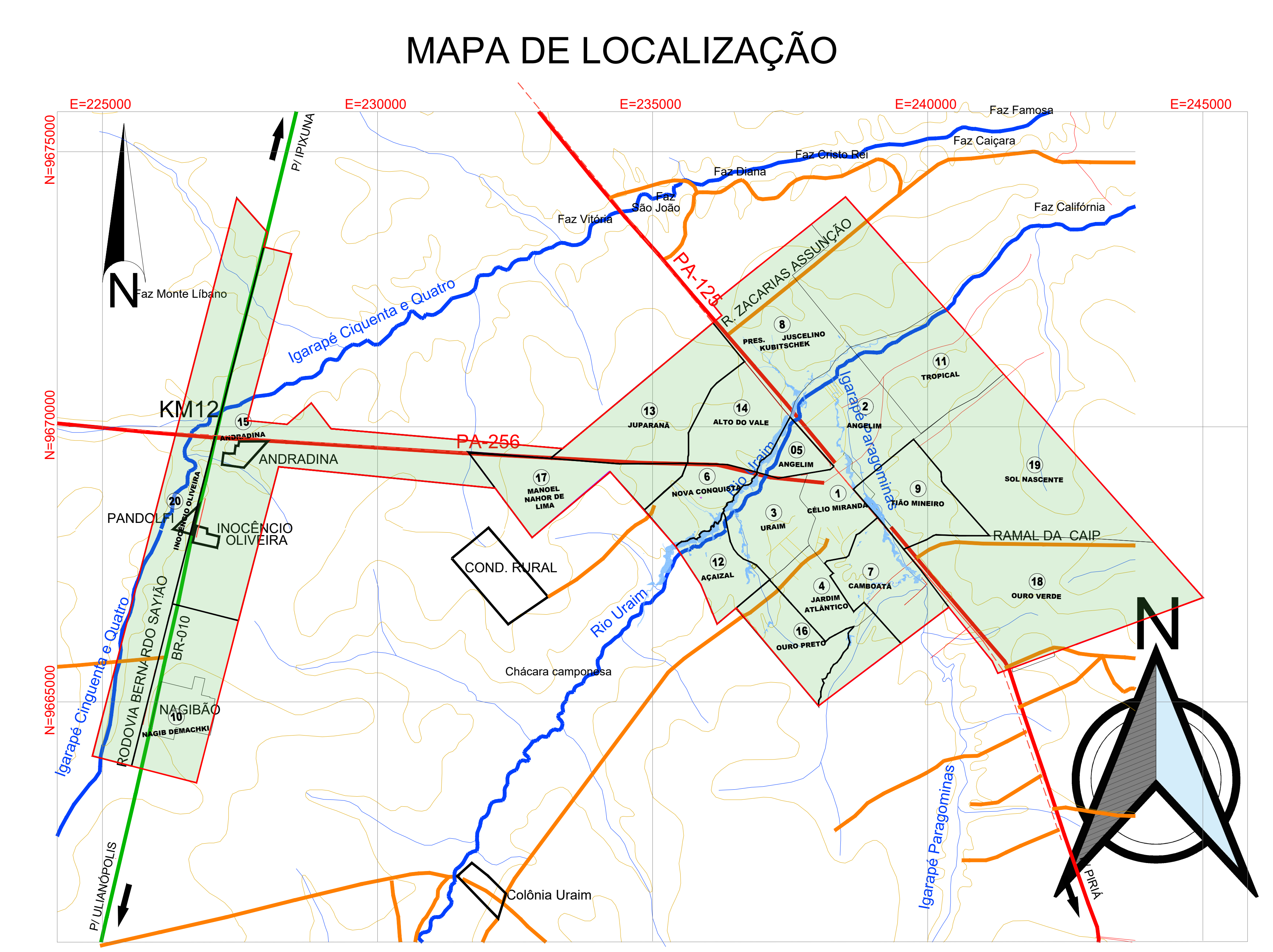
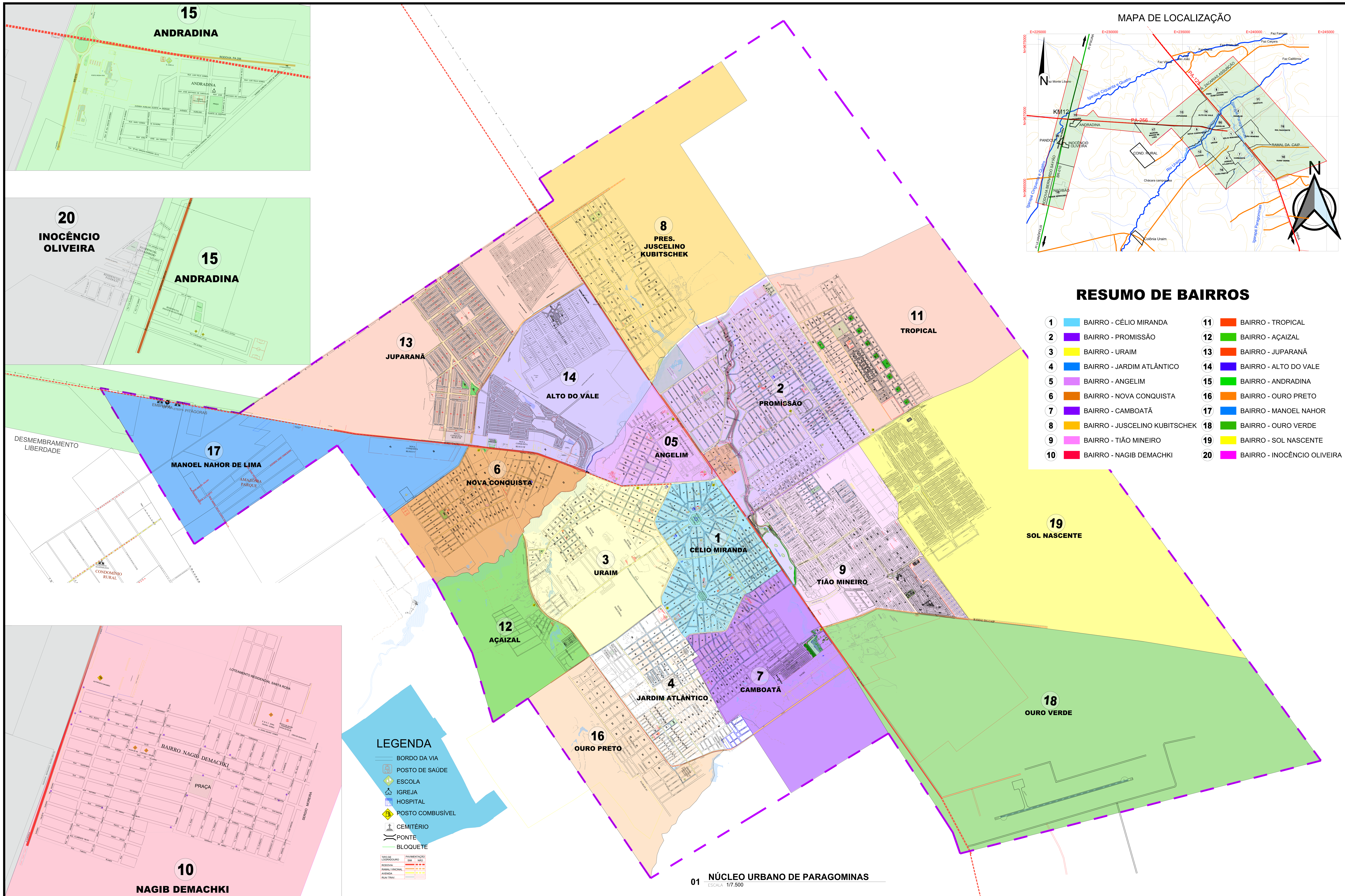


SEMINFRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA

Eng.º FABIANO CÂMARA

Eng.º JORGE RAMOS

Eng.º ADRIANO CORREA



RESUMO DE BAIRROS

- | | | | |
|----|-------------------------------|----|-----------------------------|
| 1 | BAIRRO - CÉLIO MIRANDA | 11 | BAIRRO - TROPICAL |
| 2 | BAIRRO - PROMISSÃO | 12 | BAIRRO - AÇAIZAL |
| 3 | BAIRRO - URAIM | 13 | BAIRRO - JUPARANÃ |
| 4 | BAIRRO - JARDIM ATLÂNTICO | 14 | BAIRRO - ALTO DO VALE |
| 5 | BAIRRO - ANGELIM | 15 | BAIRRO - ANDRADINA |
| 6 | BAIRRO - NOVA CONQUISTA | 16 | BAIRRO - OURO PRETO |
| 7 | BAIRRO - CAMBOATÃ | 17 | BAIRRO - MANOEL NAHOR |
| 8 | BAIRRO - JUSCELINO KUBITSCHEK | 18 | BAIRRO - OURO VERDE |
| 9 | BAIRRO - TIÃO MINEIRO | 19 | BAIRRO - SOL NASCENTE |
| 10 | BAIRRO - NAGIB DEMACHKI | 20 | BAIRRO - INOCÊNCIA OLIVEIRA |

LEGENDA

- BORDO DA VIA
- POSTO DE SAÚDE
- ESCOLA
- IGREJA
- HOSPITAL
- POSTO COMBUSTÍVEL
- CEMITÉRIO
- PONTE
- BLOQUETE

TIPO DE LOTEAMENTO	PAVIMENTAÇÃO
RODADA	ASfalto
RAMAL/BRANCA	Asfalto
AVENIDA	Asfalto
RUAS TÍPICAS	Asfalto



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8FB3-C9F1-3AD3-5349

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MILCILENE NASCIMENTO DOS SANTOS (CPF 003.XXX.XXX-48) em 13/04/2026 14:36:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://paragominas.1doc.com.br/verificacao/8FB3-C9F1-3AD3-5349>